

Elencos Sofísticos

Aristoteles

Elencos Sofísticos

Aristoteles

1

Vamos agora tratar dos elencos sofísticos¹, quer dizer, dos argumentos que parecem sê-lo, mas que deveras são paralogismos e não argumentos. Começaremos pelo princípio conforme a ordem natural.

Que alguns silogismos são verdadeiros, enquanto outros o parecem ser, embora o não sejam, é evidente. Esta confusão produz-se nos argumentos, tal como se produz em outras coisas, em virtude de uma certa semelhança entre o verdadeiro e o falso, sendo assim que, entre as gentes, há umas que têm saúde, enquanto outras só a parecem ter, porque se enfeitam e ornam ao modo das vítimas imoladas pelas tribos nos sacrifícios; uns são belos por virtude de beleza natural, enquanto outros parecem belos a poder de se enfeitarem. O mesmo ocorre nas coisas inanimadas, em que umas são de ouro ou de prata verdadeiros, enquanto outras não são tal, ainda que o

164 a

164 b

pareçam aos sentidos, por exemplo, os objectos de litargirina e de cassiterina parecem ser de prata, e os objectos de metal amarelo parecem ser de ouro. Do mesmo modo, o silogismo e o elenco umas vezes são verdadeiros outras falsos, ainda que a inexperiência os tome por verdadeiros, porque as pessoas inexperientes são comparáveis às que olham as coisas de longe.

165 a O silogismo é um razoamento em que, dadas certas premissas, se extrai uma conclusão consequente e necessária, através das premissas dadas; o elenco é um silogismo acompanhado de contradição da conclusão. Ora é isto o que os sofistas não fazem, ainda que pareçam fazê-lo, por vários motivos. Um destes motivos, o mais natural e o mais frequente, decorre dos nomes, pois, como não é possível trazer à colação as coisas em acto, e em vez delas temos de nos servir dos seus nomes como símbolos, supomos que o que se passa com os nomes se passa também com as coisas, o que aliás se ilustra com o exemplo das pedras, próprias da arte de cálculo. Ora, entre nomes e objectos, não há semelhança total: os nomes são em número limitado, bem como a pluralidade das definições, mas as coisas são em número infinito.

É portanto inevitável que vários objectos sejam significados tanto por uma única definição como por um único e mesmo nome e, assim, como no exemplo anterior, os inábeis na manipulação das pedras são enganados pelos hábeis no cálculo, assim temos quanto aos elencos: os inexperientes da virtude significativa dos nomes elaboram falsos silogismos, já quando discutem, já quando escutam os interlocutores. Por esta causa, e pelas ulteriores, há silogismos e elencos aparentes e falsos. Assim como há pessoas que preferem parecer sábios a sê-lo, em vez de o serem mesmo sem parecer, dado que a Sofística é uma sabedoria aparente e não real, e o sofista é o que negocia uma sabedoria aparente e não real, assim é evidente que se lhes torna mais necessário parecer que fazem obra de sabedoria, do que fazer obra de sabedoria sem parecer. Para fazer uma comparação enumerativa, a meta de quem sabe, seja em que tema for, é a de não lisonjear o tema acerca do qual sabe e a de desmascarar quem assim proceda, e esta dupla meta consiste, uma em poder dar a razão do que se diz, e outra em exigir uma razão para o que outro diz. Daqui resulta necessariamente que, quem pretende ser sofista,

deve procurar os argumentos do tipo de que acabamos de falar; isso, com efeito, é-lhe proveitoso, pois esta capacidade fá-lo-á parecer sábio, e é isso que lhe cumpre ter em vista.

É deste modo evidente que há argumentos deste tipo, e que esses a quem chamamos Sofistas são os que procuram dispor de arte para essa espécie de argumentos. Quanto a saber quantas espécies de elencos sofisticos há, quais as partes de que a mencionada arte se compõe, isto é, em quantas partes esta disciplina se divide, e quais são os demais factores adjuvantes desta faculdade, é quanto iremos explicar.

2

Os argumentos utilizados na polémica são de quatro espécies: argumentos didascálicos², dialécticos, críticos³ e erísticos⁴. São didascálicos os argumentos que razoam a partir de princípios próprios de cada disciplina, e não a partir das opiniões de quem responde, pois importa que o discípulo deles esteja persuadido; são dialécticos os argumentos que concluem, a partir de premissas prováveis, a contradição da

tese dada; críticos, são os que razoam a partir de premissas que parecem verdadeiras a quem responde, e que deve conhecer necessariamente o tema que nelas se acha implícito, — de que modo, já explicámos em outro escrito^o —; enfim, são erísticos os argumentos que concluem, ou parecem concluir, a partir de premissas prováveis na aparência, mas na verdade improváveis. Os argumentos demonstrativos foram tratados nos *Analíticos*, e os argumentos dialécticos e críticos em um outro tratado. Falemos agora dos argumentos litigiosos e erísticos.

3

Em primeiro lugar, cumpre ver quais os propósitos dos que polemizam e estudam o modo de vencer as disputas. Podemos mencionar cinco: a redarguição^o, a falsidade^o, o paradoxo^o, o solecismo e, em quinto lugar, compellar o interlocutor à redundância^o, quer dizer, obrigá-lo à vã repetição da mesma palavra; ou, em cada um destes casos, indagar, não o real, mas o aparente. O que os Sofistas preferem é, com efeito, parecer que refutam a outra parte; a seguir, mostrar que o opositor

comete um erro qualquer; em terceiro lugar, induzi-lo ao paradoxo; em quarto lugar, reduzi-lo ao solecismo, quer dizer, obrigar o opositor, em virtude do seu próprio argumento, a usar de expressões incorrectas; e, mas só por fim, levá-lo a repetir a mesma palavra uma e outra vez.

4

Há dois modos de elencos e falácias: o que inere à dicção e o que está fora da dicção. Os modos inerentes à dicção são seis: homonímia, anfibolia¹⁰, composição¹¹, diarése¹², prosódia¹³ e figura de dicção. Podemos fazer fé no haver seis, já por prova da indução, já por prova silogística, assente também noutros dados, embora haja algum outro modo, e ainda que de todos estes modos possamos omitir uma mesma coisa mediante os mesmos nomes e termos. À homonímia ligam-se argumentos como os seguintes: quem sabe aprende, dado que os gramáticos aprendem o que os discípulos lhes recitam. Aqui, aprender é ambíguo, significando ao mesmo tempo compreender usando o conhecimento, e adquirir conhecimento. Outro exemplo: os males são bens, porque o que há-de ser é um bem

e os males devem ser. Ora, o termo «devem ser» tem dupla acepção: significa o necessário, com é o caso frequente dos males, pois um mal é sempre de algum modo necessário; e também das coisas boas dizemos que devem ser. Mais um exemplo: Um mesmo homem está sentado e em pé, está doente e de saúde: com efeito, é ao mesmo tempo o que se põe em pé, que está em pé, e é o que recupera a saúde que está de saúde; ora, é este homem sentado que se põe em pé, e é o homem doente que recupera a saúde. De facto, o homem doente faz isto ou aquilo, não tem um único significado, tanto entendemos o homem que agora está doente ou sentado, como entendemos o homem que antes estava doente. É evidente que o homem que recuperou a saúde é o homem doente, que começou a recuperar a saúde quando estava actualmente doente; mas o homem que está de saúde não está doente ao mesmo tempo, ele é homem doente, não na acepção de que está doente, mas na acepção de que estava doente antes.

A anfibolia ligam-se exemplos como estes: desejar capturar-me o inimigo, e ainda, há conhecimento do que se conhece — dado que por esta expressão é possível

significar ao mesmo tempo que o conhecimento pertence ao sujeito que conhece, e que pertence ao objecto conhecido. E ainda: o que alguém vê seguramente vê; alguém vê a coluna, logo a coluna vê, ou, o que tu dizes que é, isso dizes tu que é, ora tu dizes que uma pedra é, logo tu dizes ser uma pedra. Ou: não é verdade que se pode falar calado?, pois aqui podemos significar, ou que o que fala está em silêncio, ou que isso de que se fala é calado. Há três modos de argumentos extraídos destas homonímias e anfibolias: um, é quando a expressão, ou o nome, na acepção própria, tem várias significações como *aetós*¹⁶ e *kuon*¹⁵; outro, quando temos o hábito de utilizar um nome em mais de uma acepção; outro, enfim, quando as palavras, combinadas umas com as outras, têm vários significados, enquanto, em si mesmas, só têm um, por exemplo: conhecer as letras, pois nenhum destes termos pode, no caso vertente, ter mais de um significado, conhecer e letras, enquanto as duas combinadas têm vários significados, seja por exemplo que as letras em si mesmas conhecem, seja que alguém, distinto, conhece as letras. A anfibolia e a homonímia assumem estes modos no discurso. À composição ligam-se

exemplos, tais como: um homem pode passear estando sentado, e um homem pode escrever mesmo não escrevendo, porque o sentido não é o mesmo se dividirmos as palavras, e se as tomarmos combinadas, dizendo ser possível passear estando sentado, e escrever não escrevendo. A mesma observação é factível à última frase, se tomarmos as palavras escrever não escrevendo, em composição: o significado é, nesse caso, que se pode, ao mesmo tempo, escrever e não escrever; se, pelo contrário, não efectuarmos a composição, o significado é o de que, quando não se escreve, se é capaz de escrever. Outro exemplo: «ele entende agora as letras por que entendeu o que sabe», ou ainda «sendo capaz de levar uma coisa, é capaz de levar muitas».

Da diarése dependem proposições quais: como cinco é dois mais três, ele é par e ímpar, o maior é igual ao menor. Com efeito, a mesma frase, ao ser dividida, não terá sempre o mesmo significado de quando está composta. Por exemplo: «sendo escravo, fiz-te livre», e «cinquenta homens e cem deixou o divino Aquiles»¹⁶.

Um argumento que releva da prosódia, não é fácil de construir em discussões não

escritas, mas nas discussões escritas e poéticas é mais fácil. Por exemplo, há quem corrija Homero, em resposta aos que criticam a falta de natural da sua frase τὸ μὲν οὐ καταπίθεται ἄμβροσιν¹⁷ e resolvem a dificuldade pela mudança de acento, pronunciando οὐ oxítono. Outro exemplo: no trecho relativo ao sonho de Agamemnon, garantem que não é o próprio Zeus que diz — concedemos-lhe que se cumpra a sua súplica, antes convidava o sonho que lho concedesse. Tais são os exemplos relativos à prosódia.

Quanto aos elencos que dependem da dicção, ocorrem quando o que não é o mesmo se exprime da mesma forma, por exemplo: o masculino expressa-se pelo feminino, o feminino pelo masculino, e o neutro por um ou por outro; ou ainda, a qualidade pela quantidade, ou a quantidade pela qualidade, ou o activo pelo passivo, ou o estado pelo activo, e assim sucessivamente, de acordo com as distinções previamente feitas¹⁸. É possível que algo, que não é por natureza uma acção, seja expresso no discurso como pertencendo à categoria da acção, assim: sarar é um termo que, na forma de expressão, se parece com cortar e construir, mas aquele primeiro verbo

denota uma certa qualidade, quer dizer, uma certa disposição, e os outros dois uma determinada acção. E o mesmo se passa com os demais exemplos.

As falácias que relevam da dicção baseiam-se nestes tópicos. Quanto aos paralogismos independentes da dicção, há sete espécies: primeira, as relativas ao acidente; segunda, quando a expressão se utiliza em acepção universal ou não-universal, mas sob um determinado aspecto, ou considerando o lugar, o tempo, ou a relação¹⁶; terceira, quando há ignorância do argumento; quarta, em razão do consequente; quinta, em virtude da petição de princípio; sexta, quando se dá por causa o que não é causa; e, sétima, quando se juntam várias questões em uma só questão.

5

Os paralogismos de acidente ocorrem quando se julga que um dado predicado tanto pertence ao sujeito como aos seus acidentes. Com efeito, como o mesmo sujeito tem vários acidentes, não é necessário que os mesmos pertençam a todos os predicados de uma coisa e ao mesmo tempo

ao sujeito de que se predicam. Assim: se Corisco é distinto de um homem, é distinto de si mesmo, pois ele é um homem, ou ainda: se Corisco é distinto de Sócrates, e se Sócrates é um homem, então — dizem os Sofistas — admitimos que Corisco é distinto de um homem, porque é um acidente que isso de que se disse que Corisco é distinto é um homem.

Os paralogismos vinculados à questão de saber se uma expressão se emprega em acepção universal ou particular excluindo a sua acepção própria²⁰, ocorrem quando uma expressão, usada em particular, se toma como se usada em acepção universal.

167 a Por exemplo, se o não-ser é objecto de opinião, o não-ser é, pois não é o mesmo ser algo e ser em absoluto. Ou ainda: o que é não é, se não for algo particular de ser, por exemplo, se não for um homem. Com efeito, não é o mesmo não-ser-algo e não ser absolutamente, mas parece ser a mesma coisa, em virtude da estreita semelhança entre as duas expressões, de modo que ser algo parece diferir pouco de ser e não-ser-algo de não-ser. Análogo ocorre nos argumentos que dependem de saber se uma expressão é predicada em determinado aspecto, ou predicada em absoluto. Por

exemplo: suponhamos que um Etíope é todo preto, mas com dentes brancos; é, logo, simultaneamente branco e não branco. Ou mais, se os dois predicados corresponderem ao sujeito sob um aspecto particular, então os Sofistas dizem que os contrários predicam simultaneamente o mesmo sujeito.

Todos podemos facilmente verificar em certos casos um paralogismo deste tipo, por exemplo, se afirmarmos que o Etíope é preto, o Sofista perguntará se tem os dentes brancos, e se o Etíope for branco neste aspecto, julgará ter demonstrado por forma dialéctica que ele é ao mesmo tempo branco e preto, dando a sua interrogação por concluída. Todavia, em outros casos, este paralogismo costuma passar despercebido, como em todos os casos em que, quando o sujeito é assumido sob um determinado aspecto, pareceria também que daí se pode seguir uma aceção absoluta; e também em todos os casos em que não é fácil de ver que predicado é predicável do sujeito. Um exemplo deste tipo ocorre quando os opostos são predicados a um sujeito de modo análogo, de forma que temos de aceitar, ou bem os dois absolutamente, ou não aceitar nem um nem outro,

por exemplo: se algo é meio branco e meio preto, é branco ou preto?

Outros paralogismos nascem por não se haver dado uma definição do que é um silogismo e do que é um elenco, e porque algo escapou à respectiva definição. O elenco é uma contradição de um predicado, e do mesmo predicado, não apenas pelo nome, mas pela coisa, e não de um nome sinónimo, mas de um nome homónimo, devendo a contradição assentar também em premissas dadas e deduzindo-se necessariamente delas, sem entrar em linha de conta com a proposição inicial a demonstrar; o todo, sob o mesmo aspecto, na mesma relação, no mesmo modo e no mesmo tempo da conclusão a refutar. Cumpre proceder do mesmo modo para definir a falsa refutação de qualquer juízo. Alguns, no entanto, omitindo o preenchimento de uma das citadas condições, dão apenas uma refutação aparente, provando, por exemplo, que algo é ao mesmo tempo duplo e não-duplo, porque dois é duplo de um, mas não é duplo de três. Até demonstram que a mesma coisa é simultaneamente duplo e não-duplo da mesma, contudo não é duplo no mesmo aspecto, porque se é duplo em comprimento, não é duplo em

largura. Ainda mais, mostram que a mesma coisa é ao mesmo tempo dupla e não-dupla da mesma coisa, sob o mesmo aspecto e o mesmo modo, ainda que o não seja no mesmo tempo. Também aqui há apenas uma refutação aparente. Concluiríamos, portanto, por inserir esta falácia no grupo das que relevam da dicção.

As falácias de petição de princípio²¹ produzem-se de igual modo e de tantas maneiras quantas as formas em que é possível postular a petição de princípio; dão a aparência de concluir uma refutação, porque não conseguimos abranger, ao mesmo tempo e de um só olhar, o que é idêntico e o que é diferente.

A refutação relativa ao consequente²² ocorre porque concebemos como recíproca a relação de consequência: se A é, B é necessariamente, supomos então que, se B é, A é necessariamente. Aí está a origem dos erros que acompanham a opinião fundada na percepção. Muitas vezes tomamos, com efeito, o fel por mel porque o mel se apresenta sempre com a cor amarelada, e, como sucede que a seguir à chuva o chão humedece, supomos que se o chão é húmido, é porque choveu, se bem que isto não seja necessário.

Na retórica, as demonstrações extraídas dos signos baseiam-se nas consequências. Quando os retóricos pretendem demonstrar que um homem é adúltero, tomam a consequência de uma vida adúltera, a saber, ou que o homem se adorna, ou que se tornou noctívago; e, no entanto, há muitas pessoas a que se aplicam estes caracteres, ainda que o predicado em questão não lhes seja aplicável. O mesmo ocorre na controvérsia silogística, por exemplo, o argumento de Melisso, de que o Universo é infinito levanta, por um lado, que o Universo é não-gerado (do não-ser não nasce o ser) e, por outro, o gerado foi gerado a partir de um princípio; se, pois, o Universo é não-gerado, não começou e, por conseguinte é infinito. No entanto, esta consequência não é necessária, pois mesmo que todo o gerado haja um princípio, não se segue que tudo o que tem princípio haja sido gerado, assim como não se segue que um homem com febre esteja quente, ou um homem que esteja quente deva ter febre.

A refutação dependente de tudo quanto se toma como causa e não é causa²³, ocorre quando incluímos no argumento uma falsa causa, como se o elenco dependesse dela.

Este vício ocorre nos juízos que conduzem ao absurdo, pois nestes juízos é necessário destruir uma das premissas. Se, portanto, o que não é causa se assume como causa das questões necessárias para obter a conclusão impossível, muitas vezes parecerá que a refutação procede desta falsa causa, por exemplo, no argumento de que *psiqué* e vida não são o mesmo. Se, com efeito, a geração é contrária à corrupção, nesse caso uma forma particular de geração será contrária a uma forma particular de corrupção; ora a morte é uma forma particular de corrupção, e é contrária à vida; por conseguinte, a vida é uma geração, e viver é ser gerado; mas isto é um absurdo, logo a *psiqué* e a vida não são a mesma coisa. Mas esta proposição não está provada, porque a impossibilidade ocorre, mesmo se não dissermos que a vida é a mesma coisa que a *psiqué*, mas se dissermos apenas que a vida é contrária à morte, a qual é uma forma de corrupção, e que a geração é contrária à corrupção. Estes argumentos, não sendo absolutamente impotentes para uma conclusão, são todavia impotentes para levar à conclusão proposta, o que escapa muitas vezes, mesmo aos que levantam as objecções.

Assim são, pois, os argumentos que dependem do consequente e da falsa causa. Os argumentos provindos da união de várias questões em uma única questão²⁴ ocorrem quando a pluralidade passa desapercibida, e damos uma única resposta, como se a questão fosse apenas uma. Em certos casos é fácil de ver que há mais de uma e que não é necessário dar uma resposta, por exemplo, a terra é mar, ou é céu?

168a

Em contrapartida, noutros casos, é menos fácil, e tratamos a interrogação como se fosse única e, nesse caso, ou se dá o assentimento, não respondendo à interrogação, ou se sofre uma aparente refutação, por exemplo: A e B é homem? — Sim. — Então, se batermos em A e B bateremos em um homem e não em homens. De outro modo, nas coisas em que umas são boas e outras más. São todas boas ou más? pois, digamos o que dissermos, arriscamo-nos a ficar sujeitos a uma refutação aparente, ou a cometer um erro aparente. Dizer que entre o que não é bom tal ou tal é bom, ou que entre as coisas que são boas uma delas não é boa, é um erro. Por vezes, todavia, o assentimento às questões suplementares pode originar uma refutação verdadeira. É o caso, por exemplo, se

admitirmos que algumas coisas podem dizer-se brancas, nuas ou cegas, como se tanto se dissesse de uma só coisa. Se cego designa o que não tem a vista que deveria naturalmente ter, serão cegos todos os que não têm a vista que deveriam naturalmente ter. Quando, nesse caso, um ser tem vista e outro não a tem, eles serão ambos videntes, ou ambos cegos, o que é impossível.

6

Cumprê ou dividir os silogismos aparentes e os elencos aparentes do modo que indicámos, ou então referi-los todos à ignorância da refutação, e fazer desta o princípio de todos os sofismas²⁹. É possível, com efeito, incluir todos os modos descritos em uma ignorância da definição da refutação. Em primeiro lugar, devemos ver se são inconclusivos, pois a conclusão deve resultar das premissas de antemão postas, de maneira que tiremos a conclusão por necessidade, e não por aparência. A seguir, cumprê analisar também a definição da refutação, parte por parte. Com efeito,

entre os paralogismos devidos à dicção, uns provêm da ambiguidade, por exemplo a homonímia, a ambiguidade da expressão e a similitude de forma (pois temos o hábito de tomar cada coisa como significando uma determinada substância), enquanto que os paralogismos relativos à divisão e à acentuação provêm de a expressão utilizada não ser a mesma que a concedida pelo opositor, ou por não ser o mesmo o termo a receber uma acentuação diferente. Ora a expressão ou termo deveria ser o mesmo, assim como a coisa deveria ser a mesma, caso queiramos haver refutação ou prova. Por exemplo, se o sujeito é «manto», é preciso concluir, não vestuário, mas «manto», porque embora a conclusão relativa a vestuário possa também ser verdadeira, ela não ficou completa, sendo necessária uma questão suplementar para mostrar que a significação é a mesma, para satisfazer o que pergunta porque se conclui assim.

Os paralogismos que dependem do acidente incluem-se, em virtude da definição do silogismo, na ignorância do elenco. É necessário que a mesma definição se aplique também à refutação, com a simples diferença que se junte a ela a contradição, uma vez que a refutação é um silogismo da

contradição. Se, portanto, não há silogismo do acidente, não pode haver refutação, por exemplo: se temos A e B, e se há necessidade de que haja C, e se C é branco, não é necessário que C seja branco em virtude do silogismo. Se o triângulo tem os ângulos iguais a dois ângulos rectos, e se o triângulo é por acidente uma figura, um elemento ou um princípio, não deriva de ele ser nem uma figura, nem um princípio, nem um elemento, o possuir este carácter, porque a demonstração demonstra esta propriedade, não enquanto o triângulo é uma figura, não enquanto é um princípio, mas enquanto é um triângulo. E o mesmo se verifica em outros casos. Se, por conseguinte, a refutação é uma espécie do silogismo²⁸, um argumento que procede por acidente não poderá ser um elenco. Daí resulta, contudo, que as pessoas experientes e, de um modo geral, os Sofistas, são refutados pelos ignorantes, pois são logismos por acidente os que estes elaboram contra os que sabem; e os que sabem, se são incapazes de efectuar a distinção, ou assentem ao que se lhes pergunta, ou, ainda que não hajam assentido, é como se tivessem assentido.

As refutações que dependem de um

juízo postulado em acepção particular ou universal também se classificam como ignorância da refutação, porque a afirmação e a negação não relevam do mesmo sujeito. Com efeito, parcialmente branco tem como negativa não-parcialmente branco, enquanto que inteiramente branco tem por negativa não-inteiramente branco. Se, portanto, uma vez que nos foi dada apenas uma coisa que é branca de um lado, a tomarmos como sendo dada como inteiramente branca, não procedemos a uma refutação, antes parece que procedemos a ela, por causa da ignorância do que seja a refutação.

Mas os paralogismos mais evidentes entre os paralogismos são os que indicámos anteriormente como estando vinculados à definição de refutação, sendo por isso que têm este nome. A refutação aparente procede de um defeito na definição da refutação, e se dividirmos os paralogismos como dividimos, temos então de situar um defeito na definição da refutação como sendo um vício comum a todos eles.

Os paralogismos que decorrem da petição de princípio e os que derivam de tomarmos por causa o que não é causa, são evidentes casos de ignorância da refutação,

em virtude da própria definição do silogismo. É necessário que a conclusão haja lugar por efeito próprio das premissas, o que não acontece com premissas que não são causas; e, além disso, a conclusão há-de tirar-se sem incluir a proposição inicial a demonstrar, o que não é o caso nos paralogismos que relevam da petição de princípio.

Os que dependem do consequente são parte dos que dependem do acidente, pois o consequente é um acidente, diferindo do acidente nisso em que o acidente se aplica apenas a um único sujeito (por exemplo: afirmamos a identidade do amarelo e do mel, do branco e do cisne), enquanto o consequente está sempre em vários sujeitos, pois admitimos que as coisas idênticas a uma só e mesma coisa são idênticas entre si, sendo esta a fonte da refutação que releva do consequente. Não obstante, isto não é sempre verdadeiro, por exemplo, no caso em que se diz que A e B são o mesmo que C por acidente, pois neve e cisne, enquanto brancos, são brancos. É também o que acontece na definição de Melissa, onde se propõe a identidade de ser gerado e ter princípio, ou vir a ser igual ou idêntico e tomar a mesma gran-

deza. Porque o gerado tem um princípio, Melisso pretende também que o que tem um princípio seja gerado, com o fundamento de que estas duas noções, ao mesmo tempo, ser gerado e ser finito, são idênticas, porque ambas têm um começo. O mesmo quanto ao que devém igual, supõe-se que se as coisas que tomam uma só e a mesma grandeza se tornam iguais, então também as coisas que se tornam iguais tomam uma só grandeza, de modo que se pressupõe o consequente. Uma vez que a refutação que releva do acidente consiste na ignorância da refutação, é logo evidente que o mesmo se afirma da refutação que se atém ao consequente. Convém examinar este tema ainda de outro modo.

Os paralogismos que dependem da prótase de várias questões em uma só questão ocorrem por um lapso na definição de proposição. A proposição, com efeito, enuncia um só predicado de um só sujeito, pois a mesma definição predica-se de uma coisa singular, e só desta, o homem por exemplo, e de um homem singular, e assim sucessivamente. Se, pois, uma proposição singular é a que enuncia um predicado singular de um sujeito singular, uma proposição

assumida como singular será também uma proposição desta espécie. E como o silogismo parte de proposições, e como a refutação é um silogismo, a refutação partirá também de proposições. Se, portanto, a proposição enunciar um predicado singular de um sujeito singular, é evidente que tal paralogismo também consiste na ignorância da refutação, dado que, aquilo que não é uma proposição parece ser uma proposição. Se tiver sido dada uma resposta equivalente a uma única questão, haverá refutação; caso não se haja respondido, mas só na aparência se respondeu, haverá apenas elenco aparente. Concluimos então que todas as espécies de paralogismos se incluem na ignorância do elenco, uns (os paralogismos de dicção) porque a contradição, que é, como vimos, o carácter próprio da refutação, é somente aparente, outros, porque não se conformam com a definição de silogismo.

7

O erro provém²⁷, pelos argumentos vinculados à homonímia e à ambiguidade de expressão, da incapacidade de distinguir

as acepções de um termo assumido em acepções várias, pois certos termos não são fáceis de distinguir neste aspecto, por exemplo, uno, ente, mesmo²⁸, e, pelos argumentos que relevam da composição e da divisão²⁹, quando se pensa não haver diferença alguma entre expressão composta e expressão divisa, como acontece na maioria dos casos.

O mesmo acontece nos argumentos que dependem da acentuação: julga-se que a entoação grave ou aguda de uma palavra não altera nunca, ou raras vezes altera, o seu significado. Quanto aos argumentos que relevam da forma da dicção, o erro tem por causa a semelhança de expressões. É deveras difícil discernir o que se exprime com a mesma categoria e o que se exprime com categorias diferentes, porque, sendo possível fazer esta distinção, fica-se muito mais perto do conhecimento da verdade. No entanto, o que mais nos move ao abandono a este erro é o supormos que todo o predicado singular é uma substância singular e o entendermo-la como una, dado ser do uno e da substância que a singularidade e o ser parecem predicar-se sempre. Por este motivo também, é entre as refutações que relevam da dicção, que esta

espécie de paralogismo deve ser incluída; em primeiro lugar, porque o erro produz-se com maior facilidade quando fazemos a análise com outros do que quando a fazemos nós mesmos, porque a análise efectuada com outros processa-se mediante palavras, enquanto a análise pessoal se efectua de preferência pela consideração da coisa em si mesma; em segundo lugar, porque mesmo na análise solitária, acontece cometer-se erro, quando a dicção é a base da análise; em terceiro lugar, o erro provém da semelhança e, a semelhança, da dicção. Quanto aos paralogismos derivados do acidente, o erro gera-se na incapacidade de discriminação da identidade e da diferença, isto é, do uno e do múltiplo, e por quais espécies de predicados todos os acidentes são os mesmos que para o sujeito.

A mesma causa vale para os paralogismos que derivam do consequente, uma vez que o consequente é uma parte do acidente; e acrescento que, em muitos casos, parece, e como axioma se toma, que se A é inseparável de B, B é também inseparável de A. Quanto aos paralogismos vinculados a defeito de definição, e quanto aos que derivam da diferença entre um juízo qualificado e um juízo absoluto, o erro provém

da subtil diferença entre estes juízos, pois julgamos que a qualificação particular, um aspecto, ou o modo, ou o tempo, nada acrescentam ao sentido, e admitimos por consequência a universalidade da proposição. O mesmo se diz dos paralogismos que relevam da petição de princípio, dos que se atêm a uma causa falsa, e dos que unem questões múltiplas em uma única; em todos, o erro provém da subtil distinção entre as expressões, porque a carência de rigor na definição de proposição e de silogismo é devida à causa que acabámos de indicar.

8

Conhecendo quais os modos como os silogismos aparentes se formulam, conhecemos também esses dos quais se podem formar os silogismos sofísticos e os elencos sofísticos. Designo por elenco sofístico e por silogismo sofístico não apenas um silogismo ou um elenco que aparentam sê-lo, mas ainda o que, mesmo sendo-o deveras, só por aparência se ajusta ao sujeito de que trata. Estão neste caso os silogismos que nem refutam nem demonstram a ignorân-

cia dos opositores, acerca do sujeito em debate, o que constitui o objecto próprio da crítica³⁰.

A crítica é uma parte da dialéctica, e esta última tem a potência da defesa de uma conclusão falsa, por ignorância de quem responde. Além disso, os elencos sofísticos, mesmo quando demonstrem a contradição, não mostram se o propositor é um ignorante, porque os Sofistas até chegam a embaraçar quem sabe, através destes argumentos.

É evidente que os conhecemos mediante o mesmo método, pois os raciocínios que persuadem os auditores, seduzidos pelas aparências, de que o silogismo foi constituído a partir de proposições concedidas correctamente pelo propositor, são também os que determinarão o respondente a aceitá-lo; de modo que serão aduzidas falsas provas pelos métodos indicados, seja por todos, seja por alguns, porque o que se julga ter concedido sem ter sido interrogado, seria igualmente concedido se tivesse havido interrogação. No entanto, há elencos sofísticos nos quais, ao mesmo tempo que se adita a questão em falta, se salienta a sua falsidade, como acontece no caso dos paralogismos que de-

correm da dicção e do solecismo. Se, nesse caso, os silogismos que concluem pela ⁶⁾contradição de uma tese são apenas refutação aparente, é claro que os modos de que dependem os argumentos das falsas conclusões, e esses de que depende a refutação aparente, serão em igual número. Mas a refutação aparente pode revestir-se de tantos modos quantos os que a refutação verdadeira tem, pois é o defeito de um destes modos que vai tornar a refutação puramente aparente, por exemplo: no vício de concluir sem ser por efeito do argumento, é o argumento que leva ao impossível; o que consiste em reunir duas questões em uma só e dá azo a um defeito na proposição; o que depende da substituição do acidente pela essência, e, o que constitui parte do último argumento, o vício do consequente; e também os vícios em que a conclusão é deduzível, não de facto, mas apenas verbalmente, e também com violação da regra que obriga a não considerar a proposição inicial a demonstrar, há a refutação que se restringe à petição de princípio. Deste modo, teremos todos os modos em que os paralogismos se produzem, pois não há outros modos de criar paralogismos além destes que estudámos. A re-

170a

futação sofisticada não é uma refutação absoluta, mas apenas relativa a um interlocutor, e, quanto ao silogismo sofisticado, o mesmo acontece. Porque, a menos que no paralogismo que depende da homonímia, o interlocutor ponha somente o homónimo, este tem apenas um sentido; que, no paralogismo que depende da analogia da forma, o interlocutor não ponha que a substância é a única categoria; e que, nos outros paralogismos, não proceda de igual modo, não haverá nem refutações, nem silogismos, nem em acepção absoluta, nem relativa ao que é interrogado³¹. Se, pelo contrário, em todos estes casos, o interlocutor conceder no que referimos, as refutações serão válidas relativamente ao que for interrogado, ainda que absolutamente o não sejam, porque os interlocutores não propuseram uma enunciação de um único significado, mas uma enunciação que só na aparência tem um significado, e partindo sempre de um interlocutor particular.

9

Quanto ao número de tópicos a que se subordinam os elencos dos que são refutados, não devemos procurar recensá-los

sem dispormos do saber universal³². Mas este saber universal não é uma arte própria; as ciências são efectivamente e sem dúvida em número infinito, de modo que as demonstrações também são em número infinito. No entanto, as refutações podem ser, ou verdadeiras, ou falsas, porque todas as vezes que uma demonstração é possível, será também possível a refutação do que postula a contradição da verdade, por exemplo, se o opositor postula que a diagonal é comensurável, ele pode ser refutado pela demonstração de que a diagonal é incomensurável. Por conseguinte, cumpre possuir o saber de todas as coisas, pois algumas refutações hão-de depender dos princípios inerentes à Geometria, e das conclusões consequentes, outras da Medicina e, outras, dos princípios de outras ciências. Todavia, os falsos elencos serão também em número infinito, uma vez que, em cada arte, há falso silogismo, por exemplo, em Geometria, temos a falsa demonstração geométrica, e em Medicina temos a falsa demonstração médica. Pela expressão «em cada arte» pretendo dizer «segundo os princípios dessa arte». É portanto evidente que não é de todos os elencos, mas apenas dos que se subordi-

nam à Dialéctica, que se torna necessário conhecer os tópicos, porque os tópicos são comuns a todas as artes e a todas as potências. Quando à refutação aplicável a uma arte particular, cumpre ao artista particular analisar se ela é apenas aparente sem ser real, e, se for real, a causa porque é real; enquanto que a análise das refutações que procedem dos princípios comuns e que não caem na esfera de uma arte particular, pertence à competência dos dialectas. Se conhecermos os tópicos de onde se extraem os silogismos prováveis acerca de um qualquer sujeito, conheceremos esses de que se extraem as refutações inerentes a esse sujeito, porque a refutação é um silogismo da contradição, de modo que, seja um, sejam dois silogismos da contradição, constitui uma refutação. Conhecemos portanto os tópicos de que dependem todos os elencos deste género, e se os conhecemos, conhecemos também as respectivas soluções, dado que as objecções a estes elencos são soluções. Conhecemos ainda os tópicos de que dependem todas estas refutações, já as simplesmente aparentes, já as aparentes, digo, não a toda a gente, mas aos peritos, dado constituir uma tarefa indefinida a inquirição de todas as razões que tornam os

elencos aparentes, não importa agora a quem. É, pois, óbvio que compete ao dialecta a potência da apreensão de todos os modos de que depende a formação, através dos princípios comuns, já da refutação verdadeira, já da refutação aparente, seja dialéctica, seja de aparência dialéctica, seja crítica.

10

Entre os argumentos não há a diferença que alguns pretendem haver, quando afirmam que uns visam as palavras e outros o pensamento em si mesmo, dado ser absurda a suposição de que certos argumentos visam as palavras e outros o pensamento, e que são diferentes. Não é dizível, de facto, que não há disputa contra o pensamento do opositor, quando, supondo-se o mesmo interrogado, não nos servissemos das palavras com o significado que o interrogado lhes concedeu? Isto significa disputar contra as palavras. Na inversa, o argumento visa o pensamento, quando utilizamos as palavras com o mesmo significado que o que responde tinha na mente quando as formulou. Então, como as palavras têm vários significa-

dos, se admitíssemos — tanto o interrogante como o interrogado — que apenas têm um significado — como, por exemplo, podermos admitir que ser e uno têm vários significados, e que o que responde responde, e o que interroga interroga, supondo haver apenas um significado, tendo o argumento por objectivo concluir que tudo é uno — poderemos então afirmar que esta controvérsia visa o pensamento do interrogado? Se, pelo contrário, supomos que uma enunciação tem vários significados, é óbvio que tamanha disputa não visa o pensamento, dado que, em primeiro lugar, nos argumentos que apresentam múltiplos significados, é possível visar as palavras e o pensamento; e que isto é possível perante qualquer argumento seja ela qual for. O visar o pensamento não interessa ao argumento em si mesmo, mas à atitude do que responde acerca do que lhe foi concedido. Depois, pode acontecer que estes argumentos se apliquem às palavras, porque aplicar às palavras não significa, no caso, mais do que não se aplicar ao pensamento. Se os argumentos não se applicassem todos, já às palavras, já ao pensamento, haveria outros argumentos inapplicáveis tanto às palavras como ao pensamento, uma vez

- pretendemos que todos os argumentos devem ser, ou um ou outro, e que os divisamos como sendo aplicáveis, já às palavras, já ao pensamento, e que não há outros argumentos. Os que, por outro lado, dependem apenas das palavras, são uma variedade dos silogismos subordinados à multiplicidade de significados, pois é um absurdo pretender que subordinado às palavras abarque todos os elencos que relevam do discurso, pois há outros paralogismos cujo vício não é o de o respondente adoptar uma certa posição, mas o de o próprio argumento encerrar uma proposição de uma natureza tal, que encerre vários significados.

171 a É também completamente absurdo discutir a refutação, sem primeiro se ter discutido o silogismo, porque a refutação é um silogismo, de sorte que é preciso haver discutido o silogismo antes de discutir a falsa refutação, em virtude de uma refutação deste género não ser mais do que um silogismo aparente da contradição de uma tese. A causa do erro estará, tanto no silogismo, como na antítese, porque a menção da antítese deve ser junta à definição do elenco, enquanto por vezes ela está em ambos, caso a refutação seja pura-

mente aparente. No argumento «o que está calado fala» o erro está na contradição, e não no silogismo; no argumento «pode dar-se o que não se tem», o erro está em ambos; e neste, «o poema de Homero é uma figura porque é um ciclo», o erro está no silogismo. Em contrapartida, o argumento que não estiver possesso de nenhum destes erros é um silogismo verdadeiro.

Regressando ao ponto de partida do nosso argumento, acaso as demonstrações matemáticas dirigem-se ou não ao pensamento? Se alguém postular que a palavra triângulo tem várias acepções, e que tomou esta palavra numa acepção diferente daquela pela qual se concluiria que a figura tem dois ângulos rectos, o argumento de quem põe a questão aplica-se, neste caso, ou não, ao pensamento do opositor?

Outra razão ainda, se a palavra tem vários significados, e se o que responde não se apercebe da ambiguidade, ou nem pensa nela, como não haveremos de dizer que, neste caso, o que interroga se dirige ao pensamento do que responde? De que outro modo se deverá pôr a questão, se não for a de fornecer uma distinção ao que responde — se, por exemplo, a interrogação for «é possível falar estando calado?»,

ou, pelo menos, sugerindo que «não em um sentido e sim em outro?» Se o interlocutor responder não ser possível em nenhum sentido, e o outro argumentar para o refutar, não é exacto que o elenco se dirige ao pensamento do respondente? Assim é, ainda que o argumento seja suposto estar no número dos que se aplicam às palavras. Por conseguinte, não há qualquer género especial de argumentos aplicáveis ao pensamento; há deveras argumentos que se aplicam às palavras, mas não devemos compreender neles, não digo todas as refutações, nem mesmo todas as refutações aparentes, porque entre as refutações aparentes algumas relevam do discurso, por exemplo, as que dependem do acidente, e outras mais.

Mas se for exigido que o interrogante distinga e diga, pela expressão «o que está calado fala entendo num sentido isto, e noutra aquilo», em primeiro lugar tamanha questão é absurda, pois algumas vezes o que interroga não se apercebe da ambiguidade da sua pergunta sendo-lhe impossível efectuar uma distinção que não tem na mente. Em segundo lugar, que será um argumento didáctico senão este? Com efeito, ele esclarecerá o modo como a coisa

se comporta, face ao que jamais a considerou e não conhece, e não supõe que possa ter outro sentido. Mesmo no que não é susceptível de dupla significação, que impede que esta distinção não se faça? Por exemplo: «as mónadas são iguais às díades, no número quatro?» precisando que as díades estão contidas em quatro num certo sentido de tal modo, e noutro sentido de outro modo. Mais um exemplo: «o conhecimento dos contrários é um ou não é?» precisando que uns contrários são conhecidos e outros desconhecidos. Então parece ignorar-se, ao fazer-se semelhante pergunta, que o argumento didáctico é diferente do argumento dialéctico, e que importa que quem ensina não interrogue, mas ensine, só ao que disputa cabendo o direito de interrogar.

171 b

11

Além disso, exigir uma resposta por «sim» ou por «não» não é tarefa de quem demonstra, mas do que procede à crítica. A crítica é uma espécie da dialéctica, e tem em vista não o que sabe, mas o que ignora e deseja saber. O que considera os princípios comuns na aplicação à questão é um

dialecta, mas o que só na aparência assim procede é um sofista. Por outro lado, o silogismo erístico³⁹ ou sofístico tem duas espécies: em primeiro lugar, há o que só tem a aparência de silogismo, no caso em que o exame dialéctico é crítico, mesmo que a sua conclusão seja verdadeira, pois nos ilude acerca da causa; em segundo lugar, a espécie compreende os paralogismos que, não estando em conformidade com o método hermenêutico, estão na aparência em conformidade com uma arte peculiar. Os falsos traçados das figuras geométricas não são erísticos, porque os paralogismos estão subordinados à arte em questão, e um falso traçado geométrico, que servisse para demonstrar uma tese verdadeira, como por exemplo a figura de Hipócrates (isto é, a quadratura do círculo efectuada por meio de lúnulas), também não é erístico. Pelo contrário, o método de Bríson para quadrar o círculo, mesmo que o círculo não seja quadrável, é sofístico, porque não se conforma com a coisa. É por isso que o silogismo puramente aparente, em coisas deste género, é um argumento erístico, e que o silogismo que tem somente a aparência de se aplicar à coisa em questão, mesmo que seja um verdadeiro silogismo, é um argu-

mento erístico, pois só na aparência se aplica à coisa, de modo que é enganador e ilícito. Assim como a injustiça cometida em uma corrida é uma espécie de justiça definida e uma espécie de combate desleal, assim o combate desleal na controvérsia é a erística, porque, no primeiro caso, os que estão decididos a vencer seja como for se servem de todos os meios, e o mesmo acontece com os controversistas. Os que, pelo simples prazer da vitória, assim procedem, são em geral considerados quesilentos e pedantes, enquanto que, os que visam adquirir a reputação que dá lucro, são os Sofistas. A Sofística, como dissemos, é uma espécie de arte de obter um lucro de uma sabedoria aparente, sendo este o motivo porque os Sofistas só procuram uma demonstração aparente. No mais, são os mesmos os argumentos utilizados pelos quesilentos e pelos Sofistas, ainda que seja em vista de diferentes fins; o mesmo argumento será sofístico e erístico, mas não sob o mesmo ponto de vista: enquanto visa uma vitória aparente, será erístico, e enquanto visa uma sabedoria aparente será sofístico, porque a sofística é uma certa sabedoria aparente, mas sem realidade. O argumento erístico está de algum modo para

o argumento dialéctico como o que traça falsas figuras está para o géometra: discursa falsamente partindo dos mesmos princípios da dialéctica, como o que traça figuras falsas partindo dos mesmos princípios do géometra. Mas enquanto no segundo caso não há razoamento erístico, porque o que traça as falsas figuras parte de princípios e de teoremas da arte da geometria, o argumento que demonstrar outra coisa pelos princípios da dialéctica será obviamente erístico. Assim, por exemplo, enquanto a quadratura do círculo pelas lúnulas não é erística, a solução de Bríson é erística, e o primeiro argumento não é transferível para fora da geometria, porque procede de princípios próprios à geometria, enquanto o outro se pode aplicar a todos os que não sabem o que é possível e impossível em cada caso, por se aplicar a ambos. Há também o método de Antífon para quadrar o círculo; e há o caso de negar ser preferível passear depois de cear, em virtude do argumento de Zenão: este argumento não é médico, porque o argumento de Zenão é um argumento comum³⁴. Se o argumento erístico estivesse para o argumento dialéctico numa relação exactamente semelhante à do que traça falsas figuras

em relação ao géometra, não haveria lugar para o argumento erístico nas matérias geométricas. Contudo, o argumento dialéctico não se confina a um género definido, nem demonstra seja o que for, nem sequer é um argumento de natureza universal. Não há, com efeito, nenhum género único que contenha todas as coisas, nem, se o houvesse, estariam subordinadas aos mesmos princípios. Nenhuma das artes demonstrativas procede pela interrogativa, pois não é possível conceder uma das partes da contradição, porque um silogismo não se forma a partir das duas. A dialéctica, pelo contrário, procede por interrogações, enquanto que, se demonstrasse, a interrogação se applicaria, senão a tudo, pelo menos às noções primeiras e aos princípios peculiares à questão; porque, supondo que o respondente não as aceite, ela não teria qualquer fundamento para uma alongada discussão contra a objecção do opositor. A dialéctica é ao mesmo tempo uma crítica, porque a crítica não é da mesma natureza da geometria, sendo uma disciplina que se pode conhecer, mesmo sem se possuir a arte. É possível, mesmo para quem não tem arte, proceder ao exame crítico de quem não tem o conhecimento do su-

jeito, caso este conceda acerca das questões extraídas, não do que conhece, nem dos princípios peculiares à questão debatida, mas de todas as consequências que relevam do sujeito e que são de uma natureza tal, que bem podem ser conhecidas, mesmo que não se conheça a arte a que o sujeito se subordina, ainda que o conhecimento das questões não obste à ignorância da arte. Temos assim que a crítica não é a arte de um sujeito definido, pois todas as artes se servem de princípios comuns, de onde resulta que os homens, mesmo os ignorantes, fazem certo uso da dialéctica e da crítica, pois todos, até a um certo ponto, procuram sujeitar a provação os que pretendem ser sábios. Ora isto de que os ignorantes se servem aqui, são os princípios comuns, pois eles não os conhecem menos do que os que os conhecem, mesmo se, no que dizem, parecem estar bem longe da arte. Todos os homens elaboram elencos, pois fazem sem arte o que a dialéctica faz com arte, e o que critica através da arte silogística é um dialecta. E há muitos princípios que são os mesmos para tudo, sem com isso serem tais que constituam uma natureza particular, um género particular, mas sendo como as negações, en-

quanto outros princípios não são desta espécie, mas adequados a sujeitos particulares; nestas condições é possível, com base em princípios gerais, proceder ao exame de todas as coisas, e exercitar uma arte particular, arte que aliás não é da mesma natureza das artes demonstrativas. 172 b
É justamente por causa disto que quem elabora um silogismo erístico não está na mesma situação de quem desenha as falsas figuras: o que faz um silogismo erístico não discursará falsamente a partir de algum género definido de princípios, antes se ocupará de todos os géneros.

São estes os diversos modelos de elencos sofisticos, e que ao dialecta incumba o seu estudo e a sua aplicação, eis o que não é difficilmente visível, porque a pesquisa das premissas compreende esse estudo na íntegra.

12

Tratámos das refutações aparentes. Quanto à demonstração de que o respondente comete erro e induz o argumento ao paradoxo³⁵ — era este, com efeito, o segundo artigo da arte da sofística — em primeiro lugar, este efeito obtém-se sobre-

tudo mediante um certo modo de efectuar o inquérito e por meio da interrogação. Questionar sem pôr a questão em relação com um objecto definido, eis uma boa via de prosseguimento destes objectivos, porque, quando falamos ao acaso, estamos muito sujeitos ao engano, e acontece que falamos ao acaso quando estamos em presença de um objecto definido. Propor frequentes interrogações, ainda que se haja definido o tema contra o qual se argumenta, e pedir que o opositor diga somente o que pensa, isso cria uma certa facilidade que induz ao paradoxo e ao erro; e também se, ao ser interrogado, responde sim ou não, conduzindo a asserções contra as quais estejamos bem armados para o refutar. No nosso tempo, esta possibilidade de disputar por tais meios é menor do que antes, pois os que respondem perguntam: — «Que tem isto a ver com a questão inicial?» É ainda um princípio elementar para obter do opositor a enunciação, seja do erro, seja de algum paradoxo, não apresentar immediatamente uma questão controvertida, antes fingindo que se pergunta com o desejo de aprender, pois este modo de perguntar dá lugar ao ataque.

Um tópico especialmente adequado a

mostrar o erro do opositor é a regra sofisticada de induzir o que responde à espécie de asserções contra as quais estamos providos de argumentos, o que se pode fazer correcta ou incorrectamente, conforme já explicámos atrás⁹⁹.

Além disso, para conduzir o opositor à enunciação de paradoxos, cumpre examinar a que escola pertence ele, e a seguir interrogá-lo acerca de um aspecto pelo qual a doutrina da escola é paradoxal aos olhos de muitos, pois em todas as escolas há sempre um aspecto deste tipo. É uma regra elementar, nestes temas, haver, entre as proposições, teses comuns a diferentes escolas, e a solução recomendada é a de levar a ver que o paradoxo se não produz em virtude do argumento, pois é isso que o opositor sempre deseja. No mais, cumpre argumentar a partir dos desejos e das opiniões expressas, pois o que se deseja e o que se exprime não é o mesmo: exprimimos o que tem uma aparência mais decente, enquanto se não deseja senão o que parece mais em conformidade com os próprios interesses, por exemplo, dizemos que uma boa morte vale mais do que uma vida gozosa, e uma pobreza honesta mais do que uma riqueza vergonhosa, embora na

realidade desejemos todo o contrário. Por conseguinte, o que fala segundo os desejos deve ser conduzido aos tópicos comuns, e o que fala segundo os lugares comuns, conduzido a expressar os que guarda ocultos; porque, em ambos os casos, os opostos são necessariamente empurrados para o paradoxo, uma vez que falarão contrariamente, já aos lugares comuns, já aos desejos ocultos.

O lugar mais comum de proferir paradoxos é o atribuído a Calicles, ao argumentar no *Górgias*³⁷, e na eficácia do qual todos os antigos acreditaram, sendo extraído da natureza e da lei³⁸. Pretende-se que natureza e lei são contrários e que a justiça é bela segundo a lei, mas que não é bela segundo a natureza. Por conseguinte, diz-se, ao que fala segundo a natureza cumpre opor o discurso segundo a lei, e ao que fala segundo a lei, o discurso segundo a natureza, porque em os dois casos, acabam por cair nos paradoxos. Para estes filósofos, o que é segundo a natureza é a verdade, e o que é segundo a lei a opinião das gentes. Vemos portanto como, também os antigos, tal como os modernos, tentam, já refutar o respondente, já obrigá-lo a cair no paradoxo.

Algumas interrogações são tais que, em ambos os sentidos, a resposta é também paradoxal, por exemplo: — «Cumprer obedecer aos sábios ou ao pai?» e «Cumprer fazer o útil ou o justo?» e «É preferível sofrer ou cometer a injustiça?» Importa conduzir a asserções contrárias ao vulgo e aos sábios; se o interlocutor fala como os hábeis argumentadores, importa induzi-lo à oposição ao vulgo; e se fala como o vulgo cumprir induzi-lo a uma oposição aos hábeis argumentadores. Há os que dizem que o homem feliz é necessariamente justo, enquanto que para o vulgo é paradoxal que um rei não seja feliz. Induzir a paradoxos deste género corresponde a induzir na contrariedade da natureza e da lei, porque a lei é opinião do vulgo, e os sábios falam segundo a natureza, em obediência à verdade.

13

Importa agora obter paradoxos através dos tópicos mencionados³⁹. Quanto a levar opositor a cair na redundância, já indicámos o que entendemos por verborreia. É isso que pretendem produzir todos os argumentos da seguinte espécie: se não há

qualquer diferença entre um termo e a sua definição, «duplo» e «duplo da metade» são o mesmo; se, pois, «duplo» é «duplo da metade», ele será «duplo da metade da metade». E, se em vez de «duplo» pusermos «duplo da metade», então a mesma expressão será triplicada, «duplo da metade da metade da metade». Outro exemplo: «o apetite é o apetite do agradável, não é?» «Mas o apetite⁴⁰ é o desejo do agradável», por conseguinte, «o apetite é um desejo do agradável do agradável».

173 b

Todos os argumentos desta espécie se reencontram: primeiro, nos termos relativos que, além de terem géneros relativos, são em si mesmos relativos, e são relativos a uma só e à mesma coisa, por exemplo, o desejo é desejo de algo, o apetite apetite de algo, o duplo duplo de algo, isto é, duplo da metade; em segundo lugar, onde se empregam termos que, não sendo relativos, são todavia afirmados de uma definida substância, da qual indicam, ou os estados, ou as afecções, ou qualquer outro predicado deste género, de modo que, na sua definição, se acha expressa a ideia dessa substância. Por exemplo, «ímpar» é um número «com um ponto médio», mas há o «número ímpar», logo, temos um «nú-

mero número que tem um ponto médio». Outro exemplo: se «chato» é a «concavidade do nariz», e se há «nariz chato», há, portanto, um «nariz nariz côncavo».

Por vezes, só na aparência se cai na redundância, ainda que na verdade se não caia, porque não se interrogou antes ao que responde se a palavra «duplo» por exemplo, em si mesma, tem ou não tem algum significado e, caso afirmativo, se tem o mesmo significado, ou um significado diferente, por onde se tira uma conclusão imediata. No entanto, há refutação aparente se o nome coincidir com a sua definição e tiver o mesmo significado.

14

Dissemos atrás o que é o solecismo⁴¹. Podemos simultaneamente cometer um solecismo e parecer que o cometemos sem o cometer, assim como cometê-lo sem que o pareça. Suponhamos, como dizia Protágoras, que *μῆνις* (ira permanente) e *πύληξ* (casco) são nomes masculinos. Quem nomear a ira permanente *σύλομένην*, (assassina) comete solecismo, na opinião de Protágoras, mas parece que não se comete na opinião dos outros, enquanto que chamando-lhe *συλόμε-*

- *ων* (assassino) parece que cometemos solecismo, embora se não cometa, no ver de Protágoras. Verificamos assim que uma certa arte poderia também levar a este resultado, sendo por isso que muitos argumentos, mesmo não concluindo por solecismo, parecem cometê-lo, tal como acontece nas refutações.

Quase todos os solecismos aparentes provém da palavra *τις* (isto), e também de quando a inflexão não exprime, nem o masculino, nem o feminino, mas o neutro. *Οὗτος* (este) indica o masculino, e *αὕτη* (esta) o feminino, mas *τοῦτο* (isto) ainda que signifique o neutro, também significa muitas vezes o masculino e o feminino, por exemplo: «que é isto?» — «É Calíope, é madeira, é Corisco». Quanto ao masculino e ao feminino as inflexões são de veras diferentes, mas, quanto ao neutro, há as que o são e as que o não são. Algumas vezes, quando se admite *τοῦτο* (isto) concluímos como se fosse *τοῦτου* (este) a palavra proferida, e o mesmo ocorre quando se substitui uma inflexão por outra. O paralogismo decorre do facto de *τοῦτο* (este) ser uma forma comum a várias inflexões, porque *τοῦτο* (este) tanto significa *οὗτος* (este,

nominativo) como τούτον (a este, acusativo). Ora ele deve ter esses significados alternadamente: quando se combina com ἐστι (está, ou é) significa οὗτος (este, nominativo) e quando se combina com εἶναι (ser ou estar) τούτον (a este, acusativo), por exemplo: Corisco (Κορίσκος) é, ser Corisco (Κορίσκον). Quanto aos nomes femininos, passa-se o mesmo, assim como no caso chamado instrumentos (σκεῦη), que têm uma denominação feminina ou masculina. Todos os nomes cuja desinência é em ο ou em ν têm a denominação peculiar aos instrumentos, por exemplo, ξύλον (madeira), σκοινίον (corda); os que assim não terminam são, ou do masculino, ou do feminino, mesmo que alguns deles se apliquem aos instrumentos, por exemplo: ἄσκος (odre de vinho) é um nome masculino, e κλίνη (leito) um nome feminino. É por isso que, nos casos deste tipo, há-de haver uma diferença da mesma natureza entre uma construção com ἐστι (é) e uma construção com εἶναι (ser). Além disso, o solecismo parece-se com o tipo de refutação própria dos termos similares usados para designar dissemelhantes, pois também, assim como cometemos solecismo acerca das coisas, aqui cometemos solecismo das palavras, porque

«homem» (e também «branco») é simultaneamente coisa e palavra.

É deste modo evidente que temos de nos esforçar por concluir o solecismo a partir das inflexões indicadas.

São estas as espécies de argumentos litigiosos, as subdivisões destas espécies e os métodos da sua aplicação são os indicados. Mas há uma diferença a ter em conta: se os elementos da interrogação estão dispostos de um certo modo para dissimular o objectivo que se tem em vista, como fizemos quanto aos argumentos dialécticos. Em seguida ao que explicámos, eis o tema que importa estudar em primeiro lugar.

15

Um método útil de refutação é em primeiro lugar a prolixidade da argumentação, pois é difícil abarcar de uma só vez muitos temas ao mesmo tempo, e, para conseguir esta prolixidade, cumpre recorrer aos elementos já anteriormente indicados⁴². Outro método é a celeridade do discurso, dado que os que se deixam atrasar vêem com menos clareza o que lhes é posto diante. Também há a ira e a paixão da contro-

vérsia, pois, sempre que nos perturbamos, somos menos hábeis na defesa. As regras elementares para provocar a ira consistem em se dizer abertamente a vontade de proceder na injustiça e sem vergonha. Outro método consiste em propor as interrogações alterando a respectiva ordem, quer haja vários argumentos tendentes à mesma conclusão, quer haja argumentos para demonstrar simultaneamente que algo é assim e não é assim, pois daí resulta que o opositor tem de se defender simultaneamente de vários argumentos, ou, até, dos seus contrários. Todos os métodos atrás descritos são de um modo geral úteis para ocultar o pensamento, e também para os argumentos contrários, uma vez que se oculta o pensamento com vista e evitar que o opositor veja onde queremos chegar, e não queremos que assim veja, para o enganarmos.

No trato com os que recusam dar o consentimento a algo que pensam ser favorável à refutação, a pergunta deve ser feita na negativa, como se visássemos obter a resposta oposta, ou, pelo menos, como se a pergunta fosse posta sem prejuízo, pois, quando duvidamos sobre a resposta que o opositor quer ver admitida, o que responde

é menos refractário. Além disso, quando a discussão versa acerca de casos particulares, e o opositor concede no individual, muitas vezes, a indução obtida, não devemos transferir a sua pergunta para o universal, antes o devemos prender ao consentido e prosseguir, porque, algumas vezes, os que respondem pensam que concordaram consigo mesmos, e parece, aos seus ouvintes, assim terem feito porque se lembram da indução e julgam que os casos particulares lhes teriam sido postos em vão. Onde não houver nome para designar o universal, podemos servir-nos da analogia, na medida em que a necessidade seja premente, pois com frequência a analogia escapa à atenção. Para se obter a premissa desejada, torna-se necessário incluí-la na questão, a par do seu contrário, por exemplo, se quisermos obter esta proposição «é necessário obedecer sempre ao pai», temos de perguntar se «cumpre obedecer sempre aos pais, ou desobedecer-lhes sempre»; e se quisermos obter esta proposição, «cumpre obedecer aos pais muitas vezes», é necessário perguntar se «cumpre obedecer muitas ou poucas». Nesse caso, se o que responde for compelido a escolher, inclinar-se-á a julgar que se deve obedecer

muitas vezes; uma vez os contrários assim postulados, uns a par dos outros, acabam por nos parecer relativamente menores e maiores, piores e melhores.

Uma forte refutação aparente é com frequência produzida pela mais sofisticada de todas as más chicanas dos que interrogam, e é quando, sem nada terem mostrado, em vez de adiantarem a proposição final como questão, a apresentam como conclusão, como se a tivessem demonstrado: «não é verdadeiro que seja assim».

Outra treta dos Sofistas é a de quando, depois de um paradoxo, começam por propor no princípio qualquer asserção verosímil, e perguntam depois ao que responde para dizer o que pensa, pondo a pergunta acerca dos sujitos desta forma: «pensas que...?» Porque então, se incluímos as premissas no argumento, daí resulta necessariamente para o adversário, ou uma refutação, ou um paradoxo; se dá o acordo à proposição, sofre refutação; se a recusa, e chega mesmo a reconhecê-la como verosímil, comete paradoxo; se recusa, mas a admite como opinião verosímil, torna-se passível de algo parecido com uma refutação.

Tal como nos discursos retóricos, tam-

bém nos elencos cumpre considerar se o que o respondente diz é contrário, já às suas asserções, já ao que dizem ou fazem os que ele reconhece como dizendo e fazendo bem, ou os que de um modo geral assim parecem, ou lhe são semelhantes, ou contrário enfim ao que diz, e faz, a maioria das pessoas ou todas as pessoas. E também, assim como muitas vezes os que respondem, quando se sentem refutados, formulam uma distinção quando se vêem atingidos pela refutação, também os que interrogam devem recorrer de tempos a tempos a este meio contra os que lhes põem objecções, precisando que, se a objecção é contra um dos significados, não o é contra o outro, sendo este último significado o adoptado, ao modo como procede Cleófon no *Mandróbulo*¹³. Também importa fazer uma brusca interrupção do argumento e cortar rente o que falta ouvir das objecções; pelo contrário, se, ao responder, pressentirmos este derrube, cumpre que nos antecipemos à advertência e à opposição. Por vezes, é necessário dirigir as objecções contra temas diferentes do que está em discussão, com a condição, bem entendido, de não contradizermos a posição anteriormente assumida, como fez Licofrón, a

quem se propunha o elogio da lira. Aos que exigem saber contra o que se objecta, e dado que é geralmente aceite que devemos dar parte da causa, e que, por outro lado, a declaração de alguns juízos serve de advertência ao opositor, contentar-nos-emos que nos mova de uma maneira geral o resultado das refutações, a saber, a antítese, isto é, que visemos negar o que a tese afirma, ou afirmar o que ela nega; mas nunca revelaremos que estamos a tentar estabelecer, por exemplo, que a sabedoria é a mesma, ou não é a mesma. Nunca se pedirá a conclusão sob a forma de premissa, enquanto que certas conclusões nunca devem ser postas como questões. Antes se devem tratar como algo de já admitido.

16

Vimos até agora as fontes de onde se extraem as questões, e como se devem colocar as perguntas nas controvérsias. Temos agora de tratar da resposta, e de dizer como se resolvem os sofismas, o que cumpre resolver, e que utilidade têm os argumentos sofisticos. 175 a

O seu estudo é útil à filosofia por duas
* razões. Primeiro, posto que em geral decorrem as mais das vezes da dicção, colocam-nos em melhor situação para vermos em quantas acepções cada termo é entendido, e que semelhanças e que diferenças há, tanto entre as coisas, como entre os respectivos nomes. Segundo, porque são úteis para a pesquisa das questões que brotam em nós mesmos, pois o que é facilmente induzível em erro por outro, e que de tal não se apercebe, sujeita-se frequentemente a cometer análogo erro, quando argumenta consigo mesmo. Terceira e última razão, são úteis também na aquisição de fama, a saber, a fama de ser perito em todas as coisas e de não ser inexperiente em nenhuma, pois, quem participa numa argumentação e argumenta contra ela sem definir o vício de que está possessa, faz aparecer a suspeita de que as dificuldades propostas bem poderiam ter como causa, não o amor da verdade, mas a inexperiência.

Quem responde pode ver sem dificuldade como urge objectar aos argumentos deste tipo, a serem verdadeiras as nossas precedentes explanações, acerca das origens dos paralogismos, e caso tenhamos

feito suficiente distinção dos diferentes artificios utilizados pelos Sofistas, nas suas interrogações. Mas tomar um argumento e ver e destrinçar o vício não é o mesmo que ser capaz de encontrar com rapidez a resposta, quando somos interrogados, pois aquilo que conhecemos logo o ignoramos, caso nos seja proposto de modo diverso. Além disso, tal como noutros aspectos, embora a rapidez se possa melhorar com a prática, o mesmo acontece nos argumentos, de modo que, se, vendo claramente a coisa, nos falta experiência, demoraremos a oportunidade. E por vezes acontece o mesmo que acontece no traçado das figuras geométricas; porque, aí, com efeito, depois de analisada a figura, não a conseguimos reconstruir, e o mesmo se verifica nas refutações, pois, ainda quando conhecemos o encadeamento da argumentação, somos impotentes para a reduzir às suas partes.

17

Antes de mais, assim como, por vezes, dizemos ser necessário preferir uma prova verosímil a uma prova verdadeira, também devemos, por vezes, resolver os argumen-

tos mais segundo o verosímil do que segundo o verdadeiro. É regra geral que, na disputa com os argumentadores, cumpre tratá-los, não como se eles refutassem de verdade, mas como se refutassem apenas na aparência, pois dizemos que eles não demonstram as conclusões, de tal modo que, para dissipar essa aparência, operamos a sua correcção. Se a verdadeira refutação é uma contradição inequívoca, baseada em certas premissas, pode ser nula-mente necessário efectuar a distinção dos termos, para evitar a anfibolia e a homonímia, porque então a prova não se faria.

Só quando a conclusão tiver a aparência de uma refutação verdadeira cumpre juntar as distinções. Aquilo de que importa nos defendamos, não é o ser refutado, mas o parecer sê-lo, porque a interrogação, baseada nas anfibolias ou nas homonímias, tal como em todas as argúcias deste tipo, obscurece a refutação verdadeira, não permitindo reconhecer o refutado e o não refutado. Quando, no fim, se chega a uma conclusão, de afirmar que o opositor negou, não a conclusão por si mesmo afirmada, mas apenas uma conclusão homónima, mesmo supondo que ele haja aplicado o seu argumento exactamente à

mesma conclusão, permanece a dúvida sobre se fomos refutados, pois é duvidoso se, neste momento, dizemos a verdade. Em contrapartida, se distinguíssemos, e se questionássemos o opositor sobre a homonímia ou a anfibolia, a refutação deixaria de ser incerta e, além disso, o objectivo perseguido pelos que usam dos argumentos erísticos, menos hoje do que antigamente, a saber, que o interrogado tem de responder sim ou não, estaria atento; não obstante, como sucede no nosso tempo, as formas imperfeitas em que os questionantes põem as interrogações, obrigam o interrogado a aditar algo à sua resposta, para corrigir o vício da questão proposta; se o que questiona fizesse as adequadas distinções, o que responde diria logo sim ou não.

Se supusermos que o argumento que releva da homonímia é uma refutação verdadeira, não será possível ao que responde evitar o ser refutado de um certo modo: que, quando se trata de coisas sujeitas à visão, temos a necessidade de negar o que o outro afirma, e de afirmar o que o outro nega. A correcção que alguns propõem para esta dificuldade carece de eficácia: dizem não que «Corisco» é simultaneamente

músico e não-músico, mas que «este Corisco» é músico e «este Corisco» não-músico. A dificuldade não é solvida, porque dizer «este Corisco», será o mesmo que dizer «este Corisco é músico», isto é, «este Corisco é não-músico»; sendo isto que o interlocutor afirma e nega ao mesmo tempo. Cumpre, se não me engano, vencer este sofisma, dizendo que não há identidade de significação, pois o nome não tem aqui a mesma significação. Há, com efeito, uma diferença, pois se atribui a uma personagem o simples nome de Corisco, enquanto a outra se junta *um* ou *este*, o que é um absurdo, porque nome simples e nome qualificado não pertencem mais a uma do que a outra, porque, seja qual for aquela a que se aditem, não faz a menor diferença.

É necessário, posto que não distingamos os significados de uma anfibolia, que continue duvidoso se fomos ou não fomos refutados, e como se reconhece o direito de distinguir nos argumentos, é evidente que, conceder a interrogação de um modo absoluto e sem ter em conta a distinção, é um erro, de tal modo que, senão o próprio interessado, pelo menos o seu raciocínio, aparenta ter sido refutado. Não obs-

tante, sucede que, mesmo vendo onde está a anfilobia, hesitamos em efectuar a distinção, por causa da muita frequência com que as questões deste tipo se nos propõem, para que não pareça que estamos sempre a criar dificuldades; então, ainda que não tenhamos pensado que era este o ponto em que o argumento se apoiava, expor-nos-emos ao paradoxo. Por conseguinte, uma vez o direito de distinção ser um direito reconhecido, nunca se deve hesitar em exercer esse direito, tal como já atrás afirmámos⁴¹.

Se numa só questão não se apresentassem duas questões, o paralogismo derivado da homonímia e da anfilobia nunca se produziria, antes teria, ou uma refutação verdadeira, ou não teria refutação. Que diferença há, deveras, entre perguntar se Cálías e Temístocles são músicos, e perguntar o mesmo, se ambos, mesmo sendo outros, tivessem o mesmo nome? Porque se um nome indica mais do que um, então pergunta-se mais de uma questão. Se, pois, não for justo pedir uma só resposta para duas questões, é evidente que não convém dar uma resposta singela a uma questão homónima, mesmo que o predicado seja verdadeiro para todos os sujeitos, como

* alguns exigem que o seja. Isto é o mesmo que perguntar: «Corisco e Cálias estão em casa, ou não estão em casa?», supondo que ambos estão, ou presentes, ou ausentes. Em ambos os casos, temos várias proposições, pois o facto de a resposta simples ser verdadeira não faz com que a questão seja una e singular. Há inúmeras outras interrogações às quais se pode responder em verdade com sim ou com não, mas ainda aí cumpre não responder com uma resposta simples, pois esta pode arruinar a discussão. Este caso assemelha-se àquele em que déssemos um nome idêntico a coisas diferentes. Se, pois, não se deve dar uma resposta simples a duas perguntas, é também evidente que não se deve responder apenas ou sim ou não nos casos de termos homónimos, pois responder assim não é responder, é apenas falar, ainda que, no círculo dos disputadores, se veja nisso uma resposta, porque lhes escapa a consequência.

Portanto, como já dissemos, assim como há elencos que não o sendo de verdade o são de aparência, também certas soluções parecem ser soluções, ainda que não sejam verdadeiras soluções. Destas, dizemos que são as que convém levar

por diante, de preferência às soluções verdadeiras, nos juízos litigiosos, e quando se defronta um termo ambíguo. A resposta a dar às questões sobre coisas que nos parecem verdadeiras é dizer «seja», porque, deste modo, ficam poucas hipóteses à produção de uma refutação falsa. Se, por outro lado, nos virmos compelidos a dizer algum paradoxo, cumpre ter o maior cuidado em acrescentar «assim parece», porque, assim, não daremos a ideia, nem de termos sofrido refutação, nem de defendermos uma tese paradoxal. E como o que entendemos por petição de princípio é evidente, e como admitimos que importa por todos os meios destruir as premissas próximas da conclusão, e que devemos recusar o acordo entre algumas delas alegando petição de princípio, assim também, quando nos for solicitada uma proposição tal, que seja a consequência necessária da nossa tese, mas que é, ou falsa, ou paradoxal, cumpre opor a mesma excepção, porque as consequências necessárias de uma tese parecem fazer parte da própria tese. Por outro lado, quando o universal se toma, não debaixo de um determinado nome, mas por comparação, é preciso dizer que quem pergunta não o toma na sua conclu-

são na acepção antes acordada, nem na
#1 acepção por ele posta na premissa, pois
deste pormenor depende muitas vezes uma
refutação.

Se estes meios defensivos nos forem in-
terditos, importa nesse caso recorrer ao ar-
gumento de que a conclusão não foi correc-
tamente provada pelo opositor, e atacar,
com a ajuda da distinção previamente es-
tabelecida.

No caso em que os nomes são aplicados
na própria acepção, cumpre responder, ou
simplesmente, ou por distinção; para os
subentendidos implicados nas nossas pro-
posições, como, por exemplo, quando res-
pondemos a questões que não são postas
com clareza, mas em elíptica, é daí que
a refutação pode decorrer. Por exemplo:
176 b «o que pertence aos Atenienses é proprie-
dade dos Atenienses? — Sim. — E isto é
igualmente verdadeiro de outros quaisquer.
Bem, mas o homem pertence ao reino ani-
mal? — Sim. — Então o homem é proprie-
dade do reino animal». Aqui temos um so-
fisma, pois dizemos que homem pertence
ao reino animal por ser um animal, assim
como dizemos que Lisandro pertence ao
povo lacedemónico, porque é lacedemónio.

Vemos como, nos casos em que a premissa carece de clareza, não devemos concedê-la simplesmente.

Quando admitimos comumente que uma de duas coisas é verdadeira, a outra é também necessariamente verdadeira, mas que se a segunda é verdadeira a primeira não é necessariamente verdadeira, podemos, caso nos perguntem qual das duas é verdadeira, conceder à menos extensa, pois é mais difícil concluir a partir de um grande número de premissas. E se o sofista tentar levar-me a admitir que um certo termo tem um contrário, enquanto o outro não tem contrário, e supondo que a sua asserção seja verdadeira, cumpre responder que cada um dos termos tem o seu contrário, mas que um dos contrários não foi nomeado.

Considerando que, para certas asserções, o vulgo diria que quem não as aceita se engana, enquanto não diria o mesmo para outras asserções, por exemplo as relativas a isso em que as opiniões se dividem, porque, quanto a saber, por exemplo, se a alma dos viventes é corruptível ou imortal, o vulgo não tem ideia distinta, em todos os casos em que se vê mal em que aceção a premissa é habitualmente proposta, cum-

- pre responder: como as máximas, porque o vulgo dá o nome de máximas, tanto às opiniões verdadeiras como às negações gerais, qual esta de que a diagonal é incomensurável. Além disso, sempre que a opinião estiver dividida acerca da verdade, em todos estes casos podemos escapar melhor ao argumento trocando os nomes; de facto, sendo duvidoso qual dos dois sentidos da premissa é verdadeiro, não daremos a ilusão de fazer sofisma, e como a opinião está dividida, não daremos a ideia de cometer um erro. A troca de nome tornará o argumento irrefutável.

Enfim, todas as vezes que pressentirmos uma objecção, cumpre-nos ser o primeiro a adiantar a objecção e dizer o que se tem a dizer. É deste modo que podemos com maior eficácia criar embaraços ao que interroga.

18

Posto que a solução verdadeira consiste em tornar um juízo falso evidente, demonstrando qual a espécie de questão de que o erro depende, e que o falso juízo é assumido em dupla acepção, por haver juízo falso, ou por se ter obtido uma con-

clusão falsa, ou por o juízo, sendo falso, parecer no entanto uno, teremos ao mesmo tempo de considerar a espécie de solução acabada de referir, e também a ratificação de uma prova puramente aparente, destinada a mostrar de qual questão a aparência procede. Por conseguinte, os argumentos que são verdadeiros juízos resolvem-se por destruição, e os que são apenas aparentes resolvem-se por distinção. Além disso, como entre os argumentos que são juízos verdadeiros, uns, têm conclusão verdadeira, e outros conclusão falsa, os que são falsos em razão da conclusão são por dois modos resolúveis: dado que podemos ao mesmo tempo destruir uma das duas premissas solicitadas, e demonstrar que a conclusão não é tal como o afirmado; os que são falsos em razão das premissas não são resolúveis senão pela destruição de uma delas, pois a conclusão é verdadeira. Logo, quando pretendermos solucionar um falso silogismo, a primeira coisa a fazer consiste em examinar se ele conclui, ou não conclui; a seguir, ver se a conclusão é verdadeira ou falsa, a fim de solucionar o argumento, já por divisão, já por destruição, e destruindo-o deste ou daquele modo, conforme ao que antes já dissemos. Enfim, há

uma diferença muito grande entre resolver um argumento, conforme se é interrogado ou não, pois é difícil vislumbrar de imediato os ardis, enquanto é fácil vislumbrá-los quando estamos tranquilos.

19

Dos elencos que nascem da homonímia e da anfibolia, uns encerram uma questão com várias acepções, outros uma conclusão com várias acepções, por exemplo: no argumento acerca do que «diz coisas silenciosas fala», é a conclusão que é ambígua, enquanto o argumento de que «quem conhece não entende o que conhece», é uma das questões que está possessa de anfibolia. O que apresenta um duplo sentido, tanto é verdadeiro como não é: significa algo que tanto é, como não é.

Todas as vezes, por isso, que há multiplicidade de significados na conclusão, a refutação da nossa tese não ocorrerá, a menos que o sofista tome também a antítese da nossa tese, como por exemplo, no argumento «o cego ver», porque, sem antítese, não há refutação. Por outro lado, todas as vezes que há multiplicidade de significados

em todas as questões, não é necessário negar primeiro a premissa de duplo sentido, por ela não ser o fim do argumento, mas apenas um meio destinado a construí-lo. Logo ao princípio cumpre responder, chamando a atenção para a ambiguidade, já de um termo, já de uma proposição, dizendo que num sentido é assim, mas que noutro sentido não é assim, como, por exemplo, que dizer coisas silenciosas é possível em um sentido, mas impossível em outro, e também num sentido o argumento «deve fazer-se o que tem de ser feito», é assim, mas que noutro não é assim, uma vez que «o que deve fazer-se» reveste várias acepções. Se, apesar disso, a ambiguidade nos escapar, a rectificação tem de ser operada no momento da conclusão, mediante um aditamento à questão, em que se diga: «É possível dizer coisas silenciosas? — Não, mas falar acerca de tal coisa silenciosa é possível». E nos casos em que a multiplicidade de sentidos resida nas premissas, procede-se de igual modo: «Não se compreende então o que se conhece? — Sim, mas não quem conhece dessa maneira», pois não vale o mesmo dizer «os que conhecem não podem compreender o que conhecem», e dizer «os

que conhecem deste modo determinado não podem compreender o que conhecem». E, de um modo geral, o que responde deve arguir, mesmo que o opositor extraia a conclusão de forma absoluta, dizendo que o que o opositor negou não é o mesmo que por si mesmo fora enunciado, mas apenas o nome, e que, por conseguinte, não houve refutação.

20

Vemos também como devem resolver-se refutações atidas à divisão e à composição: se a oração significa algo de diferente quando é dividida e quando é composta, quando o sofista tirar a sua conclusão, cumpre-nos assumir a expressão em sentido contrário ao dele. Todos os juízos, como os seguintes, se atêm à composição e à divisão: «isto porque viste este homem agredido, é por isto que ele foi agredido?» e, «isto porque ele foi agredido, é por isso que tu viste?» Este paralogismo contém ele algo de anfibólico nas suas interrogações, mas na verdade atém-se à composição. Com efeito, o significado que depende da divisão das palavras não constitui deveras um significado duplo, porque

a expressão, quando dividida, não é a mesma, a menos que se admita que o termo pronunciado, em virtude do seu acento, como ὄπος e ὄπος⁴⁵, é um termo de duplo significado. Na sua forma gráfica, com efeito, o nome é o mesmo quando se escreve com as mesmas letras e da mesma maneira, e mesmo aí, hoje em dia, colocamos um sinal para marcar a pronúncia, mas as palavras tal como são pronunciadas não são as mesmas. Daí resulta que uma expressão que depende da divisão não é uma expressão de duplo sentido. É também óbvio que nem todas as refutações dependem da ambiguidade, como alguns pretendem.

O que responde deve dividir a expressão, por não haver identidade entre o argumento «vi um homem agredido, com os meus olhos», e o argumento «vi um homem, agredido com os meus olhos». Há também o argumento de Eutídemo, que conclui: «Tu sabes, agora na Sicília, que há trirremes no Pireu». Outro exemplo: «um homem bom que é sapateiro pode ser mau? — Não. — Mas um homem bom pode ser um mau sapateiro, logo um bom sapateiro será mau». Mais um exemplo: «As coisas cujo conhecimento é bom são

coisas boas de conhecer? — Sim. — Mas
* o conhecimento do mal é bom, logo o mal
é uma coisa boa de conhecer. — Sim. —
Mas o mal é ao mesmo tempo um mal e
uma coisa a conhecer, de modo que o mal
é coisa má a conhecer, ainda que o conhe-
cimento das coisas más seja bom». Ou
ainda: «É verdade dizer agora que nas-
ceste então agora». Na realidade, a ex-
pressão, uma vez divisa, tem outro signi-
ficado, porque é verdade dizer «agora que
tu nasceste», mas não dizer que «tu nas-
ceste agora». Ou ainda: «Não poderemos
dizer que fazes como és capaz de fazer, e
que fazes as coisas que és capaz de fa-
zer? — Sim. — Mas quando não tocas cí-
tara, tens a potência de tocar a cítara, logo
tu podes tocar a cítara, não tocando a cí-
tara». Na verdade, não temos a capacidade
de tocar a cítara quando não se toca a cí-
tara, mas apenas temos capacidade de a
tocar quando não a tocamos.

Há quem resolva este elenco ainda
de outro modo. Se tiver sido acordado que
se faz o que se pode fazer, não se segue
daí, todavia, dizem, que não tocando a cí-
tara, se toque a cítara, porque não foi
acordado que se faz tudo de todas as ma-
neiras que se pode fazer, e não é o mesmo

o fazer da maneira que se pode e de fazer de todas as maneiras que se pode. É no entanto evidente que esta solução não é correcta, porque, dos argumentos que dependem do mesmo lugar, a solução é a mesma, enquanto esta não seja aplicável a todos os casos do género, nem a todos os modos de propor as interrogações; ela vale contra o interrogante, mas não contra o seu argumento.

21

Não há paralogismos originados pela acentuação, sejam escritos, sejam orais, salvo talvez em um limitado número e do género deste: «Em onde (o[~]) tu te alojas é uma casa? — Sim. — Porém, tu não te alojas (o[˘]) é a negação de tu te alojas? — Sim. — Mas tu disseste que em onde (o[~]) tu te alojas é uma casa. Logo a casa é uma negação». O modo de resolver esta dificuldade é bem clara, porque a palavra não tem o mesmo significado quando pronunciada com acento agudo, e quando pronunciada com acento grave⁴⁸.

22

Resulta também claro o modo como se podem resolver os paralogismos que giram em torno da ideia de que as coisas não idênticas se exprimem de idêntico modo, dado que estamos na posse das diversas espécies de categorias. Suponhamos que um dos interlocutores, sendo interrogado, concedeu que uma palavra, exprimindo uma substância, não se atribui a outra coisa, enquanto o outro interlocutor mostrou que o que é uma quantidade ou uma relação é predicado de uma outra coisa, ainda que pareça exprimir uma substância, em virtude da sua expressão. É quanto se verifica, por exemplo, no argumento seguinte: «É possível fazer e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo? — Não. — Contudo é seguramente possível ver e ter visto a mesma coisa ao mesmo tempo e nas mesmas relações». Outro exemplo: «Há uma paixão que seja acção? — Não. — Mas nesse caso, ser cortado, ser queimado, ou ser afectado por um objecto sensível, são expressões semelhantes, e significam todas alguma paixão, e, por outro lado, dizer, correr, ver, são de expressão semelhante; ora, ver é decerto uma forma de ser afec-

tado por um objecto sensível, de modo que, então, ver é ao mesmo tempo paixão e acção». Supondo todavia que, neste caso, depois de haver concedido que não é possível fazer e ter feito a mesma coisa ao mesmo tempo, dizemos ser possível ver e ter vista, ainda então não se sofreu já refutação, se acaso dissermos que ver não é acção mas paixão, porque também esta questão carece de ser acrescida, ainda que o auditor suponha que ela já fora acordada, quando se acordou que «cortar» é «fazer» e «ter cortado» «ter feito», e assim em todas as outras coisas exprimíveis de modo análogo. O auditor acrescenta por si mesmo o resto, pensando que o significado é o mesmo, embora o significado não seja o mesmo, ainda que o pareça, por causa da semelhança da oração. O mesmo que se dá aqui, dá-se com os homónimos: o ignorante da arte de argumentar pensa que o sofista negou o que havia afirmado e não apenas o nome, por isso que ainda se torna necessária uma nova questão, destinada a saber se pronunciamos o homónimo tendo em vista somente um único dos seus significados, pois só tendo havido acordo neste aspecto haverá lugar a refutação.

Vejam os ainda alguns argumentos, pares dos anteriores. Pergunta-se «se alguém perdeu o que tinha e já não tem, por isso, quem perdeu um dado não terá mais dez dados?» Não é bem assim, o que se perdeu é o que já não se tem e se tinha antes, mas não é absolutamente necessário que se tenham perdido tantas coisas, ou em número tão grande, que tudo deixou de ter. Deste modo, a questão aplica-se ao que tem, e a conclusão à quantidade do que tem, uma vez que dez é uma quantidade. Se logo no princípio tivesse sido perguntado se alguém, não tendo já o número de coisas que antes tinha, perdeu o total, ninguém teria dado o seu acordo, antes teria dado o seu acordo, ou ao total, ou apenas a uma unidade. Também há o argumento de que um homem pode dar o que não tem, pois o que não tem é apenas um dado. Ora, o que ele deu não é o que não tinha, mas que o deu segundo o modo em que o não tinha, quer dizer, um único dado. O advérbio não significa uma substância individual, nem esta qualidade, nem aquela quantidade, mas a relação em que uma coisa se acha com outras, a saber, que ela não se acha junta a outra. É como se, tendo perguntado exactamente — «alguém

pode dar o que não tem?», e à resposta, sendo negativa, se perguntasse se alguém pode dar algo rapidamente quando não o havia conseguido rapidamente, e, a resposta, sendo afirmativa, se concluísse então que alguém pode dar o que não tem. É óbvio que não concluimos, porque dar rapidamente não é dar algo, mas dar de certo modo, sendo claro que se pode dar algo de um modo pelo qual não se obteve, por exemplo: podemos ter obtido algo com prazer e dá-lo com pena.

Semelhantes são ainda os argumentos seguintes: «pode bater-se com uma mão que não se tem, ou pode ver-se com um olho que não se tem», uma vez que não temos, nem apenas uma mão, nem apenas um olho? Alguns resolvem estes paralogismos dizendo: quem tem mais de um olho, ou outra coisa qualquer, tem também apenas um. Outros resolvem estes paralogismos como resolvem a refutação do argumento segundo o qual, o que se tem, se recebeu. Porque um dos dois opositores dava apenas um único seixo, e o outro opositor só tem decerto o seu seixo. Outros, por fim, procedem por destruição imediata da questão, sustentando ser possível ter o que não se recebeu, por exemplo, tendo

- * recebido vinho doce, pode-se ter vinho amargo, caso o doce tenha azedado enquanto se recebia. Todavia, como já afirmámos acima, todas estas soluções se dirigem ao homem e não ao seu argumento. Se tal fosse uma solução verdadeira, seria impossível consumir uma solução por concessão ao oposto, como se verifica nos demais casos. Suponhamos que a verdadeira solução fosse: «esta expressão é verdadeira num sentido e não verdadeira noutro sentido», então, se o que responde concede a expressão de um modo absoluto, a conclusão do sofista admite-se. Se, pelo contrário, a conclusão não for admissível, não haverá verdadeira solução, e o que afirmamos dos precedentes exemplos é que, mesmo quando todas as premissas dos Sofistas fossem aceites, todavia nunca se realizaria qualquer demonstração.

Quanto ao mais, os exemplos seguintes pertencem ao mesmo grupo de argumentos: «Se algo está escrito, alguém o escreveu? — Sim. — Está escrito que estás sentado, juízo falso, mas que era verdadeiro no momento em que foi escrito; logo, o juízo escrito é simultaneamente falso e verdadeiro». Aqui está um sofisma, porque a verdade ou a falsidade de um juízo

ou de uma asserção indica, não uma substância, mas uma qualidade, o mesmo sendo afirmável do caso da opinião. Outro exemplo: «O que aprende o que estuda é o que aprende? — Sim. — Admitamos que aprende o lento rapidamente». De facto, a expressão utilizada pelo sofista indica, não o que o que estuda aprende, mas o modo como aprende. Outro exemplo: «Pisamos com os pés o que percorremos ao andar? — Sim. — Mas andamos todo o dia». Na verdade, o que aí se indica é, não isso sobre que se anda, mas o tempo durante o qual se anda, assim como dizer «beber um copo» indica, não o que se bebe, mas isso de que nos servimos para beber. Mais um exemplo: «Não é por aprendizagem, ou por descobrimento, que conhecemos o que conhecemos? — Sim. — Mas suponhamos que de duas coisas se descobriu uma e se aprendeu outra: não se descobriram nem se aprenderam as duas». Ora, o que se conhece significa, na conclusão, a totalidade, e, na proposição, cada uma das coisas separadamente considerada. Há também o argumento de que existe um terceiro homem entre o homem em si mesmo e os homens particulares. O que é um sofisma, porque homem, e todo o pre-

dicado comum sem excepção, não significa
* uma substância individual, mas uma quali-
dade, ou uma quantidade, ou uma relação,
ou qualquer outra categoria desta espécie.
179 a O mesmo se verifica no caso de «Corisco»
e de «músico Corisco», em que se põe a
questão: são idênticos ou diferentes? Por-
que «Corisco» exprime uma substância in-
dividual, e «músico Corisco» uma quali-
dade, de modo que não a podemos consi-
derar em separado. Portanto, não é o facto
de se considerar a noção universal em se-
parado que constitui a expressão terceiro
homem, mas o facto de o reconhecer como
uma substância individual. O termo ho-
mem em si não pode ser uma substância
individual, como é precisamente Cálías.
E de nada serviria pretender que o ele-
mento considerado à parte é, não uma
substância individual, mas uma qualidade,
porque, seja como for, haverá sempre algo
de uno, apesar da multiplicidade, como
ocorre em homem. É evidente que não se
deve conceder que o predicado comum a
todos os particulares é uma substância par-
ticular, antes devemos dizer que ele refere,
já uma qualidade, já uma quantidade, já
qualquer outra categoria da mesma espé-
écie.

A regra geral para tratar os argumentos que relevam da dicção é a de que a solução tem de ser efectuada sempre pelo oposto daquilo em torno do qual gira o argumento. Por exemplo, se o argumento depende da composição, a solução consiste na divisão, e se releva da divisão, a solução está na composição. Se o argumento depende do acento agudo, a solução reside na acentuação grave, e se depende do acento grave, de uma acentuação aguda. Se o argumento se atém à homonímia, é resolúvel por recurso à antinomia, por exemplo, se concluirmos que algo é inanimado, cumpre contradizer a negação precedente que a coisa era tal ou tal, demonstrando em que sentido ela é animada; se, pelo contrário, declarámos que a coisa é inanimada, e se o sofista concluiu ser animada, é preciso demonstrar como ela era inanimada. O mesmo no caso da ambiguidade. E se o argumento provar da semelhança de expressões, a solução estará na antinomia, por exemplo: «pode dar-se o que não se tem? Não, não se pode dar o que não se tem, mas podemos dar de modo distinto ao como se tem, por exem-

- plo, cada dado por si mesmo». Outro exemplo: «Não é verdade que o que se conhece, se conhece, ou porque se aprendeu, ou porque se descobriu? Sim, mas não o que se conhece assumido colectivamente». E se alguém «pisa isso em que anda, não é o tempo durante o qual anda». E assim sucessivamente.

24

Quanto aos argumentos que dependem do acidente, a mesma e única solução é aplicável a todos. Como não sabemos bem quando se deve afirmar acerca do sujeito o que se afirma do seu acidente, e como em certos casos esta predicamentação é geralmente consentida, enquanto noutros casos se nega a sua necessidade, nestas condições cumpre, uma vez a conclusão extraída, dar-se a mesma resposta para todos os casos, e dizer que não há necessidade de que um determinado predicado tenha de aplicar-se ao mesmo tempo ao sujeito e ao seu acidente, embora importe estar preparado para demonstrar a que espécie pertence este predicado. Todos os argumentos análogos aos que a seguir damos relevam do acidente. «Sabes o que

vou perguntar-te? Conheces quem se aproxima de nós, ou quem leva a cara tapada? A estátua é obra tua? Ou: O cão é teu pai? O produto da multiplicação de um número pequeno por um número pequeno é um número pequeno?» É óbvio que em todos estes casos não é necessário que o predicado, sendo verdadeiro do acidente, o seja também do sujeito. É somente aos indiferenciados por essência, e que são uma só e mesma coisa, que pertencem, ao que parece, todos os mesmos predicados, enquanto que, no caso de uma coisa boa, não é o mesmo o ser bom e dever ser interrogado; nem, no caso do homem que se aproxima ou que tem a cara tapada, não é o mesmo aproximar-se e ser Corisco, de modo que se conhecesse Corisco e não se conhecesse quem se aproxima, não se pode dizer que conheço e não conheço o mesmo homem ao mesmo tempo. Também não se pode dizer se esta coisa é minha e se ela é também uma obra, e que é a minha obra, antes pode ser, ou propriedade minha, ou coisa minha, ou alguma outra coisa. A solução para outros casos é a mesma.

Alguns resolvem estes elencos por destruição da questão proposta, pois afirmam ser possível conhecer e não conhecer o

mesmo, mas não sob o mesmo aspecto, por conseguinte, quando não conhecem o homem que se aproxima mas conhecem Corisco, pretendem conhecer e não conhecer o mesmo objecto, ainda que não sob o mesmo aspecto. Portanto, antes de mais, e como já explicámos, cumpre que a rectificação dos argumentos que dependem da mesma causa seja a mesma. Ora esta rectificação não se dará, se não adoptarmos a mesma premissa quanto a conhecer alguma coisa mas quanto a ser ou estar em certo estado, se supusermos, por exemplo, que tal ser é um pai, e que ele é o teu. Se, em certos casos, isto é verdadeiro, melhor, se é possível conhecer e não conhecer a mesma coisa, logo, no caso presente, a solução indicada carece de aplicação.

Nada impede que o mesmo argumento esteja possesso simultaneamente de vários vícios, mas a exposição destes vícios não constitui uma solução, podendo acontecer que demonstremos ter sido extraída uma falsa conclusão, sem mostrar a sua origem, como sucede no argumento de Zenão, provando que não pode haver movimento, de modo que, mesmo se nos esforçarmos por mostrar que esta doutrina é uma impossibilidade, estamos equivocados, e mesmo

que tenhamos fornecido dez mil provas, isso ainda não será a solução do argumento de Zenão; porque a solução consistia em demonstrar que o raciocínio é falso, demonstrando de onde deriva a sua falsidade. Portanto, se a outra parte nada prova, ou se procura definir, seja uma proposição verdadeira, seja uma falsa, é a exposição deste ponto que constitui a verdadeira solução. Nada impede, sem dúvida, que a solução proposta não possa aplicar-se a alguns paralogismos, mas, pelo menos nos casos que ora nos ocupam, ela não parece ser aceite, porque conhecemos ao mesmo tempo que Corisco é Corisco e que o que se aproxima se aproxima. Podemos, ao que parece, saber e não saber a mesma coisa, quando, por exemplo, sabemos que determinado homem é branco, mas não sabemos que ele é músico, porque, neste caso, sabemos e não sabemos a mesma coisa, ainda que sob aspectos diferentes. Enquanto que, quanto ao homem que se aproxima, e quanto a Corisco, sabemos ao mesmo tempo que o homem se aproxima, e que é Corisco.

Um erro semelhante ao cometido pelos que cometem os acabados de mencionar, deve ser imputado aos que resolvem o so-

fisma «todo o número é pequeno», pois, se nenhuma conclusão foi inferida, passam por cima da dificuldade e dizem que a conclusão foi provada e é verdadeira, apoiando-se em que todo o número é ambas as coisas, grande e pequeno, e cometem um erro.

180 a Alguns solvem também os raciocínios acima, dizendo que eles são ambíguos, por exemplo: «que tal ser é teu pai, ou teu filho, ou teu escravo». Não obstante, é evidente que, se a aparência de uma prova depende da pluralidade de acepções, o termo, ou a expressão em causa, deve ser assumido em vários sentidos próprios, embora na realidade ninguém fale de A como sendo filho de B em sentido próprio, caso B seja o dono do filho, mas a combinação deriva do acidente. «A é teu? — Sim. — A é um rapaz? — Sim. — Logo o rapaz A é teu, porque acidentalmente é ao mesmo tempo teu e rapaz, mas não é teu filho».

Também há o argumento de que algum mal é bom, porque a prudência é o conhecimento dos males. Mas a expressão «que isto é de entre tais ou quais coisas» não se toma em várias acepções, antes significa apenas que isto é a propriedade dessas coisas. Se, todavia, pretendermos que

esta expressão se reveste de vários significados, — pois também dizemos que o homem é dos animais, ainda que isso não seja a sua propriedade, e também que um termo relativo aos males pela partícula de, é por isso mesmo dos males, ainda que não seja um dos males — cumpre dizer que as diferentes significações aparentes derivam de o termo ser utilizado, ou de um certo modo, ou em acepção universal. Por isso que é, sem dúvida, possível achar uma anfibolia na expressão «qualquer mal é bom», dir-se-á, mas, em todo o caso, isso não se verifica no exemplo citado. A anfibolia é mais certa se dissermos um «escravo é bom de o mau», ainda que isto não seja completamente exacto mesmo neste caso, porque algo pode ser bom e de tal ser, sem ser ao mesmo tempo bom de tal ser. É dizer que «o homem é dos animais» também não é uma expressão de múltiplo significado, porque uma asserção não se reveste de várias acepções pelo simples facto de ser expressa em forma elíptica; é assim que exprimimos «dai-me a *Iliada*», citando a metade de um dos seus versos, e dizendo por exemplo «dá-me: “Canta, Deusa, a ira...”»⁴⁷.

Quanto aos elencos que derivam de uma expressão própria dos particulares ou de um certo ponto de vista, ou em um certo tempo, ou de um certo modo, ou em uma dada relação, e nunca universalmente, cumpre resolvê-los considerando a conclusão comparada com a sua contradição, para se ver se a conclusão é affectável por alguma destas determinações. Se for impossível que os contrários, os opostos, a afirmação e a negação, pertençam absolutamente ao mesmo sujeito, nada obsta, todavia, a que um e outro destes opostos pertença simultaneamente ao mesmo sujeito de um certo ponto de vista, ou segundo uma certa relação, ou de um certo modo, ou que um não lhe pertença de um certo ponto de vista, enquanto outro lhe pertence em absoluto. Resulta, por isso que, se um pertence ao sujeito de modo absoluto, e outro de modo relativo, ainda não há refutação. E é isto que importa verificar na conclusão comparada com a sua contradição.

Os argumentos desta espécie têm todos estes caracteres: «É possível que o não-ser seja? — Não. — Mas ele é de certo algo,

ainda que seja não-ser». De maneira semelhante o ser não será, por não ser necessariamente alguma coisa das que são. — «É possível que o mesmo homem, ao mesmo tempo, guarde e perjure o seu juramento? — O mesmo homem pode, ao mesmo tempo, obedecer e desobedecer à mesma pessoa?» Na verdade, cumpre dizer que ser algo e ser significam idéias diferentes. Por outro lado, o não-ser, mesmo sendo, não é todavia em acepção absoluta.

Ainda mais, podemos afirmar que se um homem guarda o juramento em tal caso particular, ou segundo tal ponto de vista, não o guarda necessariamente de modo absoluto, porque o que jurou perjurar guarda, perjurando, o juramento apenas quanto a este aspecto, mas não o guarda absolutamente; assim, o que desobedece não obedece, mas obedece a uma determinada ordem. O raciocínio é aliás semelhante na questão de saber se o mesmo homem pode, ao mesmo tempo, dizer o que é falso e o que é verdadeiro; só que o sofisma apresenta dificuldades aparentes, porque não é fácil ver se a qualificação se aplica absolutamente ao verdadeiro e ao falso. Nada impede, contudo, que o discurso não seja falso em universal acepção

e verdadeiro de algum ponto de vista particular, melhor, verdadeiro em uns casos, não verdadeiro em acepção universal.

De modo análogo quanto às limitações resultantes da relação, do lugar e do tempo. Com efeito, todos os paralogismos do género seguinte dependem desses factores. — «A saúde, ou riqueza, é um bem? — Sim. — Mas para o insensato, para o que não sabe usar dela como convém, não é um bem; logo, ela é simultaneamente um bem e um mal». E: — «A saúde ou o poder político é um bem? — Sim. — Mas há circunstâncias em que ela não é um bem, logo a mesma coisa é ao mesmo tempo, e para o mesmo homem, um bem e não um bem». De facto, nada impede que algo, sendo universalmente um bem, não seja um bem para alguém, ou que uma coisa, sendo um bem para alguém, não seja um não-bem em tal momento ou em tal lugar. — «É um mal o que o homem prudente não quisesse? — Sim. — Mas ele não quer perder o bem, logo o bem é um mal». Eis aqui um sofisma, pois não é o mesmo dizer que «o bem é um mal» e «perder o bem é um mal». A mesma solução é válida para o argumento do ladrão, porque, se ladrão é mal, adquirir coisas não é também um

mal; logo, o que o ladrão quer não é o mal, mas o bem, pois adquirir o bem é um bem. Mais: «a doença é um mal, mas conseguir curar-se da enfermidade não é um mal». — «O justo é preferível ao injusto, e o que se obtém por meios justos preferível ao que se obtém por meios injustos? — Sim. — Mas morrer injustamente é preferível». E: — «É justo a cada um possuir o que lhe pertence? — Sim. — Mas todas as decisões que um juiz aplica segundo a sua opinião pessoal, mesmo sendo uma falsa opinião, são válidas em virtude da lei, por conseguinte, a mesma coisa é simultaneamente justa e não-justa». E ainda: — «É preciso decidir a favor do que profere coisas justas ou do que profere coisas injustas? — A favor do que diz coisas justas. — Mas é justo que o que sofreu a injustiça diga de forma completa o que sofreu; ora, o que ele sofreu foram coisas injustas». Isto são outros sofismas, porque, de ser preferível sofrer injustamente, não se segue que o que se obtém por meios injustos seja preferível ao que se obtém por meios justos; mas, em acepção universal, o que se obtém por meios justos é preferível, ainda que, em casos particulares, nada impeça que o que se obtém por meios

injustos não seja preferível ao que se obtém por meios justos. De resto, é justo que um homem possua o que lhe pertence, e não é justo que possua o bem alheio; por isso, nada obsta a que o juízo em causa não seja justo, por exemplo, se estiver em conformidade com a opinião do juiz, porque do que é justo em tal caso, ou de tal modo, não se segue que seja universalmente justo. E o mesmo se diz das coisas que, sendo injustas, nada obsta a que não seja justo dizê-las, porque do ser justo dizê-las não se segue que sejam necessariamente justas, assim como não são úteis, só porque é útil dizê-las. E o mesmo se diz das coisas justas. Por conseguinte, de as coisas serem ditas injustas não se segue que o que diz as coisas injustas deva vencer, porque ele diz coisas justas de dizer, ainda que, absolutamente falando, elas sejam injustas.

26

31 a Quanto às refutações que relevam da ignorância do elenco, conforme à descrição que atrás fizemos, cumpre responder comparando a conclusão com a sua antítese, e ver se o predicado será o mesmo, assumido do mesmo ponto de vista, segundo

a mesma relação, do mesmo modo e no mesmo tempo. Se esta questão adicional for proposta logo no início, não se admitirá a impossibilidade de a mesma coisa ser ao mesmo tempo «duplo» e «não-duplo», mas admitir-se-á que é possível, ainda que não, todavia, na acepção em que, se a aceitássemos, nos refutaríamos a nós mesmos. Todos os argumentos a seguir derivam de uma causa deste tipo: — «Sabendo que A é A, sabemos o que se chama A? — «De modo semelhante: «Ignorando que A é A, ignoramos o que se chama A? — Sim. — Mas sabendo que Corisco é Corisco, podemos ignorar que ele é músico, de tal modo que ao mesmo tempo sabemos e ignoramos a mesma coisa». Mais: — «Uma coisa de quatro côvados é maior do que outra de três côvados? — Sim. — Mas uma coisa pode aumentar de três a quatro côvados de comprimento. Ora, o que é maior é maior que o mais pequeno, por conseguinte, a coisa em questão será ao mesmo tempo maior e menor do que ela mesma, sob este aspecto».

27

Quanto às refutações que se apresentam postulando a petição de princípio, se o que responde disso se aperceber, não deve conceder ao que lhe é perguntado, mesmo quando for provável, mas deve dizer a verdade. Mas, se a petição de princípio escapar à nossa atenção, nesse caso, por causa do vício dos argumentos deste género, cumpre rejeitar a falta sobre o que interroga, e dizer que ele não argumentou, porque uma verdadeira refutação deve effectuar-se independentemente da questão posta no princípio. É preciso acrescentar que se consentiu na proposição em causa, admitindo que o adversário não se serviria dela assim, como se premissa fosse, mas como tese contra a qual devia discursar, o que é seguramente contrário ao que ocorre nas refutações aparentes.

28

As refutações que concluem pelo consequente devem ostentar o vício no próprio argumento. A consecução dos argumentos faz-se de duas maneiras: ou o universal é o consequente do particular, por

exemplo, animal é o consequente de homem, ou bem o particular é consequente do universal; pois se pretende que se A acompanha B, B acompanha sempre A. Ou então, o argumento procede por via das antíteses, porque, se A é o consequente de B, pretende-se que o oposto de A será o consequente do oposto de B. Daqui provém, aliás, o argumento de Melisso⁴⁸, pois ele pretende que, se o que tem princípio teve um começo, o não gerado não tem, de modo que se o céu é o não-gerado é também eterno. Ora isto não vale. A consecução só vale quando feita na inversa.

29

Para as refutações cuja argumentação depende de alguma adição, estranha à discussão, cumpre examinar se esta adição, uma vez retirada, a impossibilidade da conclusão é menor do que antes. E se assim for, o que responde deve mostrá-lo com clareza, e dizer que consentiu na adição em questão, não por a julgar verdadeira, mas por necessidade da disputa, embora o que pergunta dela não se haja servido no seu argumento.

Quanto às refutações que reúnem várias questões em uma só questão, a distinção tem de ser feita imediatamente, e logo no princípio. Importa saber que uma questão é una quando lhe corresponde uma resposta una, de modo que não se deve, nem afirmar, nem negar, nem vários predicados de uma só, nem um só de várias, mas um por cada uma. Mesmo como nos homónimos, onde um predicado tanto convém aos dois significados do termo, como não convém a nenhum deles, de forma que, ainda que a resposta não seja simples, uma resposta simples não acarreta inconvenientes, assim se verifica no caso das questões duplas. Quando, portanto, vários predicados pertencem a um só sujeito, ou um só predicado a vários sujeitos, quem dá uma resposta simples não arrisca qualquer refutação, mesmo que cometa esta falta; pelo contrário, quando um predicado convém a um sujeito, e não convém a outro, ou ainda quando somos interrogados no sentido de saber se vários predicados pertencem a vários sujeitos, e que em um sentido os dois convém aos dois, mas que, noutro sentido, na inversa, não lhes

convém, é então que importa ser prudente. Assim se passa nos argumentos seguintes: «Se A é bom, e B mau», seremos levados a concluir ser verdadeiro dizer que estas coisas são boas e que é verdadeiro dizer que são más, e, na inversa, a dizer que não são nem boas nem más, porque nenhuma delas possui nenhum destes caracteres, de modo que a mesma coisa será simultaneamente boa e má, e nem boa nem má. A seguir, como cada coisa é idêntica em si mesma e diferente de tudo o mais, uma vez que — dando uma resposta simples a uma questão dúplice — somos levados a dizer que várias coisas são as mesmas, não que outras coisas mas aquelas mesmas, e que também elas são diferentes de si mesmas, as mesmas coisas serão ao mesmo tempo as mesmas que elas mesmas e diferentes delas mesmas. Enfim, se o que é bom vem a ser mau, e o que é mau, bom, então, as duas coisas devem, as duas, ser duas. Assim, de duas coisas não iguais, sendo cada uma igual a si mesma, resultará o elas serem ao mesmo tempo iguais e não-iguais a si mesmas.

Estas refutações entram também dentro de outras soluções. Na verdade, os termos *ambos* e *todos* têm vários significa-

- * dos, de modo que a conclusão afirmativa ou negativa não se refere ao mesmo sujeito, a não ser verbalmente, e não é isto o que nós entendemos por refutação. Mas é óbvio que, se várias interrogações não forem assumidas por uma só, e o que responde afirmar ou negar um único predicado de um só sujeito, nada de absurdo se poderá extrair daí, por absurdo, contra o respondente.

31

Quanto aos argumentos que tendem a levar à repetição dos dizeres, é evidente que não se deve admitir que as noções relativas apresentam um sentido, tomadas separadamente e em si mesmas, fora dos seus correlativos, por exemplo, é preciso dizer que a noção de «duplo» nada significa independentemente da expressão completa «duplo da metade», pois só na aparência um se acha no outro. «Dez» torna-se evidente na expressão «dez menos um», e «fazer» na expressão «não fazer», e de um modo geral a afirmação na negação; portanto, se dizemos que tal não é branco, não dizemos que ele é branco. A simples palavra «duplo», dir-se-á, nada significa de

coisa alguma, tal como o artigo *a* na expressão «a metade»; e caso signifique algo, não é esse mesmo significado que terá na expressão composta. O termo conhecimento também não é a mesma coisa em uma das suas espécies (por exemplo, se se trata do conhecimento médico) ou em sentido geral, porque nesta última acepção se pretende dizer conhecimento do cognoscível.

No caso de predicados definidos pelos sujeitos, cumpre dizer também que não têm o mesmo significado quando considerados isoladamente, e quando considerados junto à noção que contém. «Côncavo», por exemplo, tem um significado geral que é o mesmo para «nariz chato» e «perna torta», mas quando vem junto a outros substantivos, nada impede que obtenha variados significados; com efeito, ele tem um significado se aplicado a nariz, e outro se aplicado a perna, porque, na primeira combinação, significa chato, e na segunda, torto; dizendo de outro modo, não há nenhuma diferença entre dizer «nariz chato» e «nariz côncavo». Acrescento que não se deve aplicar a expressão ao caso nominativo, porque isso é um erro. Com efeito, «chato» não é «nariz côncavo», mas algo

de, por exemplo, uma qualificação, do nariz; de modo que não há nenhum absurdo em supor que o nariz chato é um nariz com a concavidade do nariz⁴⁹.

32

Quanto aos solecismos, já atrás⁵⁰ explicámos de que parecem resultar e, quanto ao modo de os resolver, este tornar-se-á claro no decurso dos próprios argumentos. O solecismo é o resultado pretendido por todos os argumentos da seguinte espécie⁵¹.

«O que (ὅ, *quod*) tu dizes com verdade, é verdadeiramente isto (τοῦτο, *hoc*)? — Sim. — Mas tu dizes que algo (τι, *aliquid*) é um calhau (λίθον, *lapidem*), logo algo (τι) é λίθον. De facto, dizer λίθον (*lapidem*) não é dizer ὅ (*quod*), mas ὅν (*quem*), nem dizer τοῦτο (*hoc*) mas τοῦτον (*hunc*). Se, portanto, se perguntasse: — Isto que está aqui (ὅν, *quem*) tu dizes com verdade é isso (τοῦτον, *hunc*)? pareceria não se falar grego, tal como se perguntasse: É ele de quem (ἣν, *quam*) tu dizes ser isto (οὗτος, *hic*)? Mas chamar deste modo um pedaço de madeira, ou qualquer outro termo que nem é masculino nem feminino, não importa. Por este motivo ainda, nenhum solecismo se produz

se perguntarmos: — É isto (ξ , *quod*) o que tu dizes que é isso ($\tau\omicron\upsilon\tau\epsilon$, *hoc*)? Sim — Mas tu dizes ser um bocado de madeira ($\xi\delta\lambda\omicron\nu$, *lignum*), logo é um bocado de madeira ($\xi\delta\lambda\omicron\nu$, *lignum*). Todavia, *calhau* e este ($\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$) são masculinos. Suponhamos agora que se pergunta: Pode *este* ($\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$) ser um *ela* ($\alpha\upsilon\tau\eta$)? e mais: Como, este ($\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$) não é *Corisco*? e que se acrescenta: logo este ($\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$) é aquela ($\alpha\upsilon\tau\eta$), não se teria provado um solecismo, mesmo que o termo *Corisco* signifique um esta, ainda que o respondente recuse conceder nisto, mas este aspecto deve ser objecto de uma questão adicional. Se este ponto não for, nem verdadeiro, nem concedido, então o sofista não fez qualquer demonstração, nem de facto, nem contra o interrogado. Do mesmo modo, aliás, cumpre, no nosso exemplo, que seja conhecido que este ($\omicron\upsilon\tau\omicron\varsigma$) signifique *pedra* ($\lambda\iota\theta\omicron\nu$). Se isto não for verdadeiro, nem consentido, a conclusão não se põe, mas a aparência de solecismo resulta, aqui, do caso do nome que, na verdade, é dissemelhante, mas aparece semelhante ao nominativo. Outro exemplo: É verdade dizer que isto ($\alpha\upsilon\tau\eta$, *haec*) é justamente o que tu dizes ($\alpha\upsilon\tau\eta\nu$, *hanc*)? — Sim. — Mas tu dizes que *ela* é uma *áspida* ($\acute{\alpha}\sigma\pi\iota\delta\alpha$, *escudo*, logo *ela*

é áspida (ἀσπίδα *escudo*, acusativo). Não, não necessariamente, porque o significado do termo αὐτη não é ἀσπίδα mas ἀσπίς. Áspida seria o significado de ταύτην (*hanc*). Também não se pode dizer: O que tu dizes ser τοῦτον (*hunc*) é αὐτος; ora, dizes que ele é Cléona (Κλέωνα), logo, αὐτος é Cléona. De facto, αὐτος não é Cléona (Κλέωνα), porque o que se diz é de facto o seguinte: O que digo ser τοῦτον é αὐτος, e não ταῦτον, porque a questão, proposta deste último modo, não seria grega⁵². Outro exemplo: conheces isto? — Sim. — Mas isto é λίθος, logo tu conheces λίθος. Não. O termo isto não significa o mesmo que em conheces isto, e em isto é um calhau: no primeiro caso, significa τοῦτον e, no último, αὐτος. Isso de que (οὗ, *cujus*) tu tens conhecimento tu conhece-lo (τεῦτο, *hoc*)? — Sim. — Mas tu tens o conhecimento λίθον, logo tu conheces λίθου⁵³. Na verdade, uma das expressões é οὗ λίθου, a outra, τοῦτο λίθον, e o que tinha sido acordado era: tu conheces isto (τεῦτο), e não de isto (τοῦτον) de que tens conhecimento, de modo que tu conheces não λίθου, mas λίθον. Eis porque estes argumentos não provam solecismo, antes parecem provocá-lo, e eis como parecem, e como cumpre responder-lhes, é quanto resulta evidente do exposto.

Deve ser anotado que, acerca de todos estes mencionados argumentos, é mais fácil nuns e mais difícil em outros, ver qual a causa e porque enganam eles o auditor, ainda que amiúde os últimos sejam idênticos aos primeiros. Um mesmo argumento pode parecer, a uns, viciado por causa da dicção, a outros, por causa do acidente, e a outros, ainda, por qualquer outro motivo, porque cada um deles, ao haver troca de termos, não fica tão claro como era. Exactamente como nos paralogismos que dependem da homonímia, e que constituem, ao que parece, a forma mais simplista de paralogismos, uns são claros mesmo para o mais inexperiente (porque os argumentos ridículos dependem quase todos da dicção, por exemplo: «um homem levava sobre a escada um carro», ou «Onde vais? — Na verga (do navio)» e: «qual das duas vacas parirá à frente? — Nenhuma, mas ambas parirão atrás», e: «Bóreas é puro? — Decerto que não, pois assassinou o mendigo e o mercador», e: «Ele é Evarco? Não, é Apolónido». E assim sucessivamente para todos os outros casos), enquanto outros parecem escapar aos mais ex-

perientes (e bem o demonstra o frequente
) desacordo acerca das palavras; acerca de
saber, por exemplo, se o significado de
ente e de uno é sempre o mesmo, ou se é
diferente, porque, para alguns filósofos, o
ente e o uno têm o mesmo significado, en-
quanto outros resolvem o argumento de
Zenão e de Parménides, dizendo que o uno
e o ente se assumem em várias acepções),
e assim ocorre com os paralogismos de-
correntes do acidente e de cada um dos
outros tipos. Destes argumentos, uns serão
de percepção mais fácil, enquanto outros
serão mais difíceis; e conhecer a que gé-
nero pertence um paralogismo, e se há ou
não há refutação, é uma tarefa nem sempre
fácil em todos os casos.

Argumento incisivo é o que produz a
maior aporia⁵⁴, uma vez ser o mais pene-
trante. A aporia é de duas espécies: uma
ocorre nos argumentos que concluem real-
mente, para saber qual das questões deve
ser destruída, e a outra dos argumentos
erísticos, para saber como proceder à de-
fesa do que propusemos no início. É por
isso que, nos argumentos de conclusão
real, os argumentos mais incisivos obri-
gam o que responde à disputa. A argu-

mentação silogística mais incisiva é a que, partindo de premissas o mais verosímeis possível, destrói uma conclusão que é o mais possível verosímil. De facto, uma só e mesma argumentação, uma vez transposta a contradição, torna semelhantes todos os silogismos, porque, partindo sempre de proposições prováveis, se atingirá uma conclusão também provável, negativa ou afirmativa conforme o caso, sendo por isso que se está necessariamente em dúvida. Assim, o argumento mais incisivo é um argumento desta espécie, quer dizer, que põe a sua conclusão em pé de igualdade com as proposições solicitadas. Em segundo lugar, situa-se o argumento que parte de premissas todas igualmente prováveis, porque produz um embaraço igual para saber qual das premissas solicitadas cumpre destruir. Aí temos uma dificuldade: cumpre destruir uma premissa, mas não vemos bem qual delas é necessário destruir. Passemos aos argumentos erísticos. O mais incisivo é o que, antes de mais, se caracteriza pela incerteza inicial de saber se foi bem concluído ou não, e, ainda, se a solução depende de uma falsa premissa ou de uma distinção a efectuar. A segunda classe, entre os restantes argu-

mentos erísticos, é ocupada por isso cuja solução depende obviamente de uma distinção ou de uma destruição, mas que não mostra com evidência qual é a premissa solicitada, cuja destruição ou distinção trará a solução, e chega mesmo a deixar no vago se é da conclusão, ou de uma das questões propostas, que o erro depende.

Às vezes, o argumento que não conclui é inepto, se os dados forem deveras improváveis ou falsos, mas nem por isso, às vezes, merece ser desprezado. Quando é posta de parte uma das questões acerca da qual, ou pela qual, o argumento se efectua, o raciocínio que simultaneamente negligenciou compor e concluir correctamente, é um raciocínio inepto; mas, quando o que ficou de parte foi algo de estranho à própria argumentação, então não é de modo nenhum desprezível, mas o argumento é aceitável, ainda que o interrogante não haja formulado correctamente as questões.

Ainda que se possa dar uma solução dirigida, tanto ao raciocínio, tanto ao que interroga e à sua questão, como enfim a nada disto, ainda assim podemos interrogar e concluir apegando-nos à tese, e ao que responde, ao mesmo tempo, sempre que a solução exigir mais tempo do que o

que podemos dedicar à controvérsia presente.

34

Acerca de quantos modos e de quais os modos os paralogismos se produzem nas controvérsias, como demonstrar que o opositor comete um erro, e como obrigá-lo a proferir paradoxos; mais, de que provém o solecismo, e como deve ser inquirido, e qual a ordem de colocação das questões; a seguir, qual a utilidade de todos os argumentos desta espécie, e, quanto à resposta, o que ela é em geral, e como resolver os argumentos e os solecismos; tudo isto deve estar suficientemente esclarecido nas antecedentes explicações. Nada mais nos resta, depois de memorarmos o nosso propósito inicial, do que dizer algumas palavras, e dar o nosso tratado por concluído.

O nosso propósito foi o de descobrir uma certa faculdade de razoar acerca de todos os sujeitos propostos, partindo de premissas o mais prováveis possível, pois esta é a tarefa da dialéctica em si mesma e da arte da crítica. Mas como também se pede à dialéctica, por causa do seu pa-

rentesco com a sofística, não apenas a capacidade de avaliar o valor do opositor de forma dialéctica, mas também o conhecimento do tema em discussão, foi por este motivo que nos propusemos, neste tratado, não apenas a tarefa de que falámos, a saber, da capacidade de tirar partido das concessões do opositor, mas ainda, quando, na discussão, somos nós a responder, a capacidade de defesa da nossa tese de igual modo, mediante os argumentos o mais possível verosímeis. Demos a razão para tanto: por isso mesmo Sócrates costumava interrogar, mas nunca respondia, porque confessava ignorância. Explicámos, no decurso de quanto precede, o número de casos e por meio de quantos lugares isto se aplicará, e também onde achar materiais abundantes. Também mostrámos como interrogar, e a ordem a seguir em todas as interrogações, e as respostas e as soluções a utilizar em vista dos razoamentos de quem interroga. Também esclarecemos tudo o que se refere ao método de controversia. Juntámos a tudo isto um estudo pormenorizado dos paralogismos, como fizemos notar atrás.

Vê-se, portanto, que levámos a cabo o nosso propósito, mas não devemos omitir

o que caracteriza este estudo. Com efeito, entre todos os descobrimentos, uns, recebidos de mãos estrangeiras e anteriormente elaborados, foram avançando pouco a pouco graças aos cuidados dos que os tomaram a seu cuidado; pelo contrário, os descobrimentos originais realizam no início um progresso muito débil, mas que é muito mais útil do que o progresso ulterior que deles decorre. É uma grande verdade que, como se diz, o ponto de partida é o principal, e que, por este motivo, é, portanto, o mais difícil. Assim, quanto maiores são as suas possibilidades, mais a sua transposição para o acto é fraca e, por conseguinte, mais difícil de ver; mas, uma vez descoberto, podemos acrescentar e desenvolver o resto com maior facilidade. O mesmo se passou com a retórica, e com quase todas as demais artes. Os que inventaram os princípios só muito fragilmente fizeram progredir essas artes, enquanto os nossos mestres actuais que são, por assim dizer, os herdeiros de uma longa sucessão de autores, só pouco a pouco fizeram as suas artes progredir e desenvolver até ao ponto em que hoje as vemos. Tísias⁵⁵, junto dos primeiros inventores, depois Trasímaco⁵⁶ a seguir a Tísias, depois Teo-

doro⁵⁷, e muitos outros, que deram os seus particulares contributos. Por isso, não é admirável que a arte haja atingido tão considerável amplitude. Não obstante, quanto ao presente tratado, não se pode afirmar que uma parte haja sido já anteriormente elaborada, e que outra parte ainda não o tinha sido. De facto, acerca desta disciplina, nada havia, porque a educação dada pelos mestres que, mediante honorários, ensinam os argumentos erísticos, era par da arte de Górgias⁵⁸. Eles transmitiam, para ensinarem de cor, uns, os discursos retóricos, outros, os discursos de controvérsia, nos quais julgavam estar inclusos os argumentos dos dois interlocutores. Desta forma, o ensino que eles davam aos alunos era rápido, mas grosseiro. Ensinando, não a arte, mas os resultados da arte, julgavam que a educação consistia nisso; como se, pretendendo transmitir o conhecimento de evitar as dores nos pés, ensinassem, não a arte de sapateiro, ou de como arranjar sapatos ajustados ao pé, mas se limitassem a apresentar muita variedade de sapatos de toda a sorte; o que significava dar um socorro prático, mas não ensinar uma arte. Assim também, no caso da retórica, havia nume-

rosos trabalhos e antigos, enquanto sobre o juízo não tínhamos literalmente nada anterior a mencionar, e passámos longos tempos em penosas buscas. Se, pois, vos parecer, mediante exame, que sendo esse o estado das coisas no princípio, a nossa pesquisa tem um lugar honorável em relação às outras artes, de que a tradição garantiu o desenvolvimento, só vos resta, a todos os que seguistes as lições, ser indulgentes para as lacunas do nosso método, e mostrar-vos gratos pelas invenções nele efectuadas.

FIM DO «ORGANON» DE ARISTÓTELES
DE ESTAGIRA